

A CLASSE OPERÁRIA



PROLETÁRIOS
DE TODOS
OS PAÍSES
UNI-VOS

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - Ano 74 - nº 186 - 14 de março de 2000 - R\$ 1,00

PCdoB 2000

Avançar na organização, eleger uma grande bancada



Aprovado o II Plano de Estruturação Partidária. Conheça as tarefas, os desafios e as metas dos comunistas nas páginas 5 e 6

Nova ofensiva de FHC contra a democracia

O governo organiza novo ataque contra a liberdade partidária e os direitos trabalhistas no Congresso. A "reforma política" e o fim da legislação trabalhista obedecem ao ideário neoliberal.

Página 3

Fique ligado: dia 23, os comunistas na TV

O PCdoB apresenta seu programa em cadeia nacional de rádio e TV na noite de 23 de março. No rádio, das 20h às 20h10. Na televisão, das 20h30 às 20h40.

Não perca!

Articular a oposição e definir um novo rumo para o Brasil

RENATO RABELO*

Nos últimos tempos vem ocorrendo uma campanha nos meios de comunicação buscando mostrar que o Brasil estaria retomando seu desenvolvimento econômico. Tenta-se criar um verdadeiro clima de euforia. Mas a verdade é que o país está crescentemente mais dependente e sua economia mais vulnerável. O suposto crescimento de 4% alardeado pelo governo pode ficar em 2%, segundo o próprio Mendonça de Barros (membro da Direção Nacional do PSDB). Muito aquém das necessidades do país. A queda constante do rendimento dos assalariados e o alto nível do desemprego comprometem o crescimento. O investimento direto do capital estrangeiro, tão festejado, na verdade, ocorre em função das privatizações, aquisições e fusões, desnacionalizando nossa economia – não amplia o mercado e nem cria empregos. Além disso, o mercado externo não está favorável para as exportações brasileiras. Ao mesmo tempo, cresce a remessa de juros e lucros. A crise estrutural das dívidas interna e externa se aprofunda. Em 99, o país gastou 15 bilhões de dólares para pagar juros e para este ano está previsto o gasto de 16 bilhões!

Abalo na base governista

O governo de Fernando Henrique Cardoso vive um

momento de abalo na sua base política. Nas lutas intestinas que ocorrem nas suas fileiras, o PFL levou uma rasteira do PSDB, que atraiu para sua legenda uma série de políticos de outros partidos. Em resposta, o senador Bornhausen, do PFL, anunciou que a aliança acaba com o fim do segundo mandato de FHC; ACM intensifica sua disputa com o presidente da República; a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, vem sendo apresentada como candidata à Presidência da República; e o PFL faz campanha pelo salário mínimo de 100 dólares, em desafio à orientação do grupo econômico do PSDB no poder. Pura demagogia em torno da crise social, que se alastra e exige soluções de profundidade.

Enfrentar desafios

A oposição, por seu turno, vive um momento de desarticulação e de indefinição. Alguns setores acentuam um posicionamento "adaptativo" à realidade existente e apegam-se a bandeiras como a da caridade e da esperança... Limitam-se às chamadas "bandeiras sociais". Outros setores caem no sectarismo e contra-põem questões como a dívida externa (uma bandeira justa) ao Movimento em Defesa do Brasil, numa ação isolacionista e voluntarista. Não podemos ficar nesses extremos! O grande problema do país é o do modelo adotado pelo governo de FHC. Temos de nos livrar da ciranda financeira que

submete nossa economia, dos acordos com o FMI e da dependência crescente ao capital externo. Temos de adotar um modelo de desenvolvimento autônomo, baseado na poupança interna e que gere empregos. Temos de aprofundar a democracia. Uma luta dessa magnitude exige a união da maioria da nação em torno de propostas fundamentais de mudanças, que não podem se limitar ao assistencialismo e nem isolar os setores populares de outros contingentes que discordam dos rumos impostos ao país pelo governo de FHC. Por isso reafirmamos a necessidade da unidade. E mais: essa unidade pode se dar em torno do Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, como ponto de partida para união de extensas forças políticas e sociais para fazer frente à investida neoliberal.

Contudo não podemos pregar a unidade no deserto. Temos de fazer isso na ação política. Temos de concretizar, com os demais partidos de esquerda, programas e ações comuns e procurar atrair políticos e setores do "centro" para a nossa trincheira. Neste aspecto, trabalhar pela vitória oposicionista nas eleições municipais, principalmente em capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, e nas grandes cidades representa passos concretos para acumular forças visando a derrotar os projetos continuístas do neoliberalismo em nosso país. A frente

oposicionista tem de buscar meios e modos de conviver com candidaturas de seus vários partidos, mantendo uma postura política unitária e colocando sempre como alvo o governo de FHC e seus aliados.

Temos de desenhar, desde já, a possibilidade de alianças em eventuais segundos turnos nas grandes cidades. A ação em torno do lançamento do Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho nos Estados pode cumprir um papel importante no estabelecimento de uma convivência oposicionista, mesmo onde os diferentes partidos da frente tenham candidatos próprios nas eleições majoritárias.

Reformas reacionárias

Ao tempo em que vamos construindo essa unidade, temos de denunciar o sentido reacionário da reforma política pretendida pelo governo. O que FHC e seus aliados pretendem é atingir os partidos democráticos, os pequenos partidos.

O cinismo de Fernando Henrique é tamanho que ele argumenta com a necessidade de "governabilidade" para atacar os pequenos partidos. Mas os pequenos partidos não têm sido obstáculo a essa governabilidade, pois a bancada oposicionista é pequena no Congresso. Nunca o Executivo aprovou tantos projetos e castrou a independência do Congresso Nacional como agora! Demagogicamente, os go-

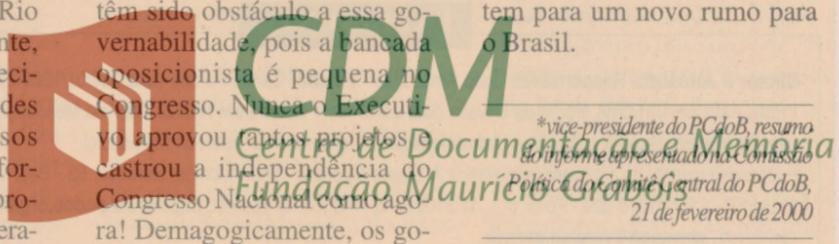
vernistas acusam os pequenos partidos de serem legendas de aluguel. Mas os parlamentares que trocaram de partidos recentemente eram de médios e grandes partidos. O verdadeiro fisiologismo está no PSDB e no PFL, que travam briga de foice no escuro usando verbas e cargos públicos. Os pequenos partidos sequer têm acesso a isso!

É verdade que a legislação eleitoral brasileira é ruim e injusta. Mas o que Fernando Henrique, o PSDB, o PFL e as elites dominantes pretendem é substituí-la por outra legislação ainda mais antidemocrática e coercitiva! São justamente os pequenos partidos que denunciam essa situação, e é contra eles que essa reforma reacionária, de cunho autoritário, se volta.

Sair do impasse

O desafio que temos, portanto, é o de sair do impasse, fortalecer a unidade oposicionista, em torno de um projeto comum de mudança, desmascarar o caráter autoritário, antinacional e anti-social do governo de Fernando Henrique Cardoso, e preparar-nos para as eleições municipais com plataformas que atendam aos anseios da população e apontem para um novo rumo para o Brasil.

*vice-presidente do PCdoB, resumo do informe apresentado na Comissão Política do Comitê Central do PCdoB, 21 de fevereiro de 2000



NACIONAL

Discutindo os caminhos políticos do Brasil

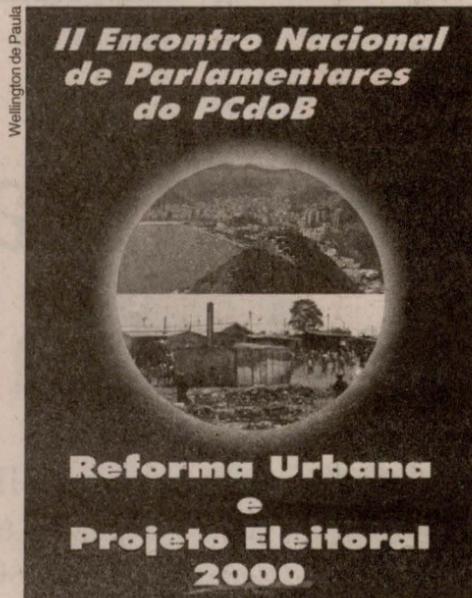
RENATORABELO*

Nos dias 12 e 13 de novembro de 1999, quase uma centena de parlamentares comunistas, entre vereadores, deputados estaduais e deputados federais de todas as regiões do país, reuniram-se em Brasília. Foi a terceira vez que o PCdoB promoveu um encontro desse tipo com seus parlamentares. A reunião demonstrou ser proveitosa não apenas por discutirmos a situação política e econômica imposta aos brasileiros pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, mas também por apontarmos perspectivas para a proposta eleitoral do pleito municipal de 2000.

Na publicação resultante do evento, o leitor encontrará a análise que fizemos do momento vivido pelo país e as idéias e indicações úteis para a elaboração de uma plataforma para as eleições de vereadores e prefeitos que ocorrerão no próximo semestre.

Os grandes problemas do país devem ser enfrentados numa luta de caráter nacional, mas sabemos também da urgência de temas como a reforma urbana, a defesa do meio ambiente e tantas outras questões que dizem respeito aos brasileiros no dia-a-dia de seus municípios.

O conteúdo aqui apresentado não constitui resoluções aprovadas no âmbito



to do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, mas sugestões e idéias surgidas num debate amplo e profundo entre comunistas das mais variadas regiões brasileiras.

Cabe reafirmar que a proposta central do PCdoB é a de forjar uma grande unidade dos brasileiros trabalhadores, democratas, patriotas, em defesa do país, da soberania e do trabalho, e traduzir este grande objetivo na campanha eleitoral deste ano, vinculando-o às reivindicações e anseios dos munícipes. Boa leitura.

*vice-presidente do Partido Comunista do Brasil

Idioma e soberania

Projeto de lei dá início à campanha de defesa da Língua Portuguesa contra os estrangeirismos que corrompem um dos símbolos da identidade nacional

Um dos projetos de lei de maior repercussão no segundo semestre de 1999 foi o do deputado Aldo Rebelo, do PCdoB/SP, em defesa da língua portuguesa, agora editado em livrete. Pessoas de profissões e interesses diferentes, em todas as regiões do país, manifestaram-se com exemplos de que realmente o idioma nacional precisa ser incentivado nas escolas e defendido nas ruas. Palavras estrangeiras, de grafia e sons incompreensíveis ao povo, estão sendo utilizadas abusivamente na comunicação do dia-a-dia, no comércio, nos rótulos de produtos, nas faixas de rua, na imprensa e na publicidade.

O projeto de lei que enfrentará esta "desnacionalização lingüística" tem o objetivo, além de estimular o ensino e a



aprendizagem, de tratar a língua portuguesa como um bem soberano do patrimônio cultural do Brasil. Terá uso obrigatório no trabalho, nas relações jurídicas, na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica de todos os documentos e eventos públicos; bem como deverão ser escritos ou falados em português os meios de comunicação, a publicidade, as embalagens e toda e qualquer comunicação pública dentro do

território nacional, com as ressalvas e exceções cabíveis. O uso desnecessário, abusivo ou enganoso de palavra ou expressão estrangeiras será considerado como lesivo ao patrimônio cultural brasileiro.

Pedidos para a Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 924, CEP 70160-900 fonte 61 318-5924

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP) Edição em HTML: Gabriela Mendonça. Editoração Eletrônica: Sandra Luiz Alves. Administração: Franczyrose de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

Mensagens:

Através de seu endereço eletrônico (classeop@ruralsp.com.br; <http://www.pcdob.org.br>) e de cartas à redação (rua Adonira Barbosa, 53, São Paulo, SP, CEP 01318-020), A Classe recebe diariamente uma série de mensagens, das quais apresentamos alguns resumos. Todas as mensagens são respondidas aos seus autores. No caso das mensagens enviadas com o endereço eletrônico, os autores passam a receber materiais e opiniões do Partido, via correio eletrônico.

Paulo H: Tive hoje uma experiência desagradabilíssima - via internet, discuti com duas pessoas da minha idade que defendiam com unhas e dentes o fascismo. Será que essa é a realidade da minha geração?

Fernanda G: Gostaria de ter mais informações sobre a revista do partido (distribuição, tiragem, equipe de produção, além de uma análise sobre imprensa partidária nos dias de hoje). Estou desenvolvendo uma monografia sobre imprensa popular e estas informações serão de grande utilidade.

Guilherme B: Gostaria de parabenizar o Partido pela excelente página que mantém na rede.

Rodolpho M: Qual é a meta de vocês, no sentido de regime? Eu queria saber se o socialismo que vocês pregam é o socialismo nos moldes stalinistas? Por que há tanta desunião e rixas entre partidos de esquerda?

Carine S: Achei o site do Partido muito interessante e gostaria de receber boletins informativos sempre que possível.

Marcelo S: Gostei muito das informações encontradas em vossa página, porém como eleitor da cidade de São Paulo, gostaria de saber se vocês poderiam disponibilizar algum material sobre a proposta de governo de vossos candidato a prefeito, bem como os candidatos para a Câmara Municipal.

Raphael L: Apesar de minha pouca idade, me interessei muito por política, confesso que não sou um amante do comunismo. Esse meu receio ao sistema talvez venha de uma imagem equivocada dos professores e orientadores escolares. Tenho uma singela dúvida e espero que seja respondida pelos "companheiros", apesar de deixar bem claro o que fazer após chegar ao poder, não encontrei nessa página como o Partido pretende chegar até ele. Será pela luta armada?

Eleide: Gostaria de receber materiais via e-mail. Sou a mais nova filiada do Partido em minha cidade e gostaria de ter maior conhecimento para trazer novos filiados.

Rui K: Sugeriria ao Partido que fosse montada uma Comissão ou Núcleo para discussão dos problemas da violência, da criminalidade, das prisões, da criminologia crítica (de caráter marxista), para propormos, quando chegarmos ao poder, mudanças substanciais nestes aspectos.

Richardson P: Tendo como principal propaganda a nossa bandeira, sugiro que vocês a coloquem para a quem possa interessar fazer um download. O site está de parabéns.

Antonio R Jr: Parabéns pela nova roupagem da página. Ficou uma beleza!!! Mais leve (tanto para carregar no computador quanto no aspecto visual), sem perder o vermelho e o amarelo que sempre caracterizaram os comunistas no mundo inteiro. Continuemos nesse caminho.

Hugo S: Bom dia, falo-vos de Portugal. Precisava que me esclareçam o seguinte: Qual a diferença entre o PCdoB e o PCB? Qual dos dois foi pioneiro dos ideais no Brasil, ou seja, qual dos dois foi o primeiro a aparecer?

Sandro M: Com grande frequência visito a página do Partido, e tenho inúmeros elogios a fazer.

Evalda P: Moro em uma cidade muito conservadora. Estou aqui sozinha, sem nenhuma camarada para atuarmos. Além disso, não tenho tempo para militar: trabalho, estudo e

tenho 3 filhos. Um grande abraço comunista a todos os camaradas.

Paulo T: Já era hora de mudarmos este site. Agora está mais ágil e objetivo. Muita coisa ainda está por ser feita, mas só esta mudança gráfica já demonstra a preocupação deste espaço pelos camaradas. Atualmente estou nos EUA e acabei contribuindo com um jornal daqui. Até um **Leia e Repasse** virou integralmente um editorial.

Caio M: O site é muito bom, contém informações interessantes, mas preciso de informações à respeito do Fundo de Combate à Pobreza.

Luiz S: Parabéns pelo novo formato da página.

Vladimir T: Posso fazer parte dessa luta como?

Fernanda P: Um abraço da amiga de lutas.

Vinicius S: Gostaria de parabenizar os camaradas pela qualidade do jornal **A Classe Operária**, as edições estão extraordinárias e seu conteúdo surpreende a todos. Abraços e continuem assim. A contribuição de vocês é fundamental para nosso Partido e para nossa luta revolucionária.

Duilio C: Gostaria de saber qual é a opinião do Partido sobre o projeto "Brasil 500 anos" organizado pela TV Globo, que ao meu ver resume-se apenas a uma forma populista de obter a audiência popular. O Partido possui alguma idéia de protesto em relação a tal hipocrisia?

Romeu C: **A Classe Operária** nos mostra as direções corretas sobre a conjuntura nacional e internacional e ainda a atuação dos militantes de esquerda e principalmente dos comunistas no movimento sindical e estudantil.

Elieide S: Como me cadastrar ao PCdoB? Sou solidário à luta do PCdoB e concordo com o socialismo. Firmes na luta!

Samantha S: Estou desenvolvendo uma pesquisa sobre os programas dos partidos políticos do Brasil. Sempre me interessei muito pelo PCdoB e espero contar com vocês para algumas informações que possam ser úteis à esta pesquisa. Estarei comparando este programa com os do liberalismo clássico.

Luiz G: Esta mensagem visa restabelecer o contato e manifestar meu entusiástico apoio à candidatura do Sergio Miranda a prefeito de Belo Horizonte.

Rogério M: Gostaria de parabenizá-los pelo maravilhoso trabalho que o Partido vem fazendo. Gostaria de receber periodicamente informações sobre o Partido e seus parlamentares. Já sou afiliado do Partido, mas como moro no interior, as correspondências demoram a chegar.

Marco C: Tenho ouvido falar muito na juventude deste partido gostaria, se possível obter mais informações.

Maurício L: venho através desta lhes comunicar que o Partido esta voltando a agir aqui em minha cidade, mas para que isso aconteça é necessário que vocês colaborem conosco, mandando material por e-mail ou material impresso.

Ricardo S: Parei de contribuir financeiramente com o Partido há cerca de 1 ano. Gostaria de retomar as contribuições com desconto direto pelo cartão de crédito. Ao valor mínimo para as contribuições acrescentem uma assinatura anual d'A Classe Operária.

NACIONAL

O caráter antidemocrático das reformas de FHC

RENATORABELO*

O governo de Fernando Henrique Cardoso investe com redobrada força no projeto de reforma política e de mudança (na verdade, extinção) da legislação trabalhista. Parte integrante da implantação do projeto neoliberal no país, essas mudanças têm matrizes antidemocráticas. Representam um retrocesso na vida política nacional, uma involução civilizatória.

Desde que assumiu, FHC vem reestruturando a economia brasileira de acordo com os interesses do grande capital, em especial internacional, nos moldes neoliberais. Aplica com empenho os ditames do Consenso de Washington. Como já observam juristas renomados, as linhas gerais da Constituição de 1988 foram revogadas para adaptá-la às reformas econômicas ditadas pelo capital financeiro e multinacional e institucionalizar o rentismo. Para completar essa obra servil aos ditames do imperialismo, estão na ordem do dia, atualmente, as reformas política e trabalhista.

Governabilidade das elites

No caso da reforma política, FHC delegou ao vice-presidente da República, Marco Maciel (PFL), a coordenação da aprovação pela Câmara dos projetos de lei pretendidos pelo governo e já aprovados no Sena-

do. Maciel conversou com o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), sobre os pontos da estratégia que julga apropriada para encaminhar a matéria e teve um encontro com o ministro da Saúde, José Serra (PSDB). Para o vice-presidente, "a reforma política tornou-se um gênero de primeira necessidade" e a consolidação do programa de estabilidade econômica e fiscal iniciado por FHC chegaram a um ponto de inflexão.

Para o capital internacional e o governo, o país precisa de governabilidade. Governabilidade entendida como o cumprimento pronto e simples das ordens emanadas do grande capital. Os grandes investidores internacionais querem ditar as regras do jogo político e que os governos submissos tenham força para serem obedecidos em suas decisões, daí o empenho de FHC na reforma. "Previsibilidade" atrai investimentos e compõe a governabilidade, afirmou Maciel: "Os investidores querem saber se o governo é mesmo capaz de governar, se a maioria eleita é estável, se as regras não vão mudar no meio do jogo e arruiná-los de uma hora para outra e se o sistema de Justiça é rápido, eficaz e previsível."

Por isso a ofensiva para aprovar o quanto antes o prazo mínimo de quatro anos de filiação para que alguém possa ser candidato por um partido (regra de fidelidade), a proibição de



Rabelo: defesa democrática

coligações partidárias para eleições proporcionais (deputados federais, estaduais e vereadores), a adoção de uma cláusula de "desempenho" para que um partido tenha representação parlamentar federal (mínimo de 5% dos votos nacionais) e a reforma excludente do sistema eleitoral.

O governo quer liquidar com qualquer possibilidade de oposição aos seus ditames. Pretende impedir a presença nos parlamentos e no Exetivo dos partidos de orientação popular. O discurso da "governabilidade" nada mais é que uma máscara. Os partidos oposicionistas não têm tido força para impedir a imposição dos atos do Planalto no Congresso – o governo tem aprovado praticamente 100% do que pretende. Mas a reforma política visa justamente barrar a eleição de bancadas desses par-

tidos, impedir o seu crescimento – daí o apelo para a cláusula de barreira e a proibição de coligações partidárias, dentre outras medidas que não resistem a menor abordagem do ponto de vista da construção democrática.

Escravocratas saudosistas

Quanto ao ataque aos direitos dos trabalhadores, é também um complemento da ofensiva neoliberal. Primeiro, o governo adotou uma política que privilegiou o fim dos contratos trabalhistas e ampliação do trabalho informal (sem direitos básicos), facilitando as demissões, e propiciou o aumento dos lucros. Postos de trabalho foram extintos. Ao mesmo tempo, os trabalhadores com registro em Carteira foram cerceados em seus direitos – os reajustes salariais deixaram de acompanhar a elevação do custo de vida. Agora, a intenção é acabar de vez com a legislação trabalhista, sob o pretexto de "modernizá-la". Um jornal governista chegou a declarar que a intenção é criar contratos de trabalho que se imponham mesmo sobre disposições contrárias da lei ordinária ou de decisões judiciais – ou seja, os contratos valeriam mais que a lei (cabe perguntar, se um contrato vale mais que a lei, que valor ela tem?). O jornal, que no século passado publicava anúncios e oferecia recompensas pela captura de escravos fugidos, afirma no final deste sécu-

lo: "Entende o governo que os trabalhadores e suas organizações já têm discernimento suficiente para negociar suas condições de trabalho". Mas a verdadeira questão não é de discernimento para negociar, mas sim de correlação de forças, numa realidade em que o trabalhador é humilhado para alcançar um meio de subsistência.

O apelo à falácia da redução do "custo Brasil" é uma piada agourenta, num país que é campeão mundial em concentração de renda, ostenta o quarto menor salário do mundo, em que o custo da mão-de-obra caiu à metade do que era há quatro anos e em que a renda dos assalariados caiu em 8% nos últimos 10 anos! O que os exploradores – e seu governo – pretendem é esbulhar ainda mais o trabalhador.

O fundo da questão é que a democracia e o respeito aos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores está em desacordo, em contradição antagônica, com a necessidade essencial de concentração de capital e riqueza e de exclusão social e econômica do neoliberalismo. Por isso o objetivo das reformas é a restrição das práticas e direitos democráticos e da livre organização partidária e a extinção dos direitos trabalhistas.

A oposição sem tréguas às imposturas neoliberais é o único caminho possível para os democratas conseqüentes.

*vice-presidente do PCdoB

Manifesto em Defesa do Brasil lançado em Goiás e Pernambuco

O Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho foi lançado, em Goiás, no dia 25 de fevereiro. Mais de 200 pessoas lotaram o auditório do Básico da Universidade Católica de Goiás (UCG). Até o dia do ato, 180 personalidades goianas tinham assinado esse documento. O evento foi coordenado pelo ex-bispo da cidade de Goiás, Dom Tomás Balduino.

Entre os signatários goianos, destacam-se: os escritores Brasigóis Felício, Yêda Schmalz e José Fernandes (este último presidente da Academia Goiana de Letras/AGL); o artista plástico Siron Franco; os ex-reitores da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Ary Monteiro do Espírito Santo e Ricardo Freua Bufaiçal –; o bispo Dom Tomás Balduino; o promotor Fernando Krebs; e os ex-presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/GO) – Olavo Berquó e Ismar Estulano Garcia. O documento foi elaborado e lançado nacionalmente no ano passado e também é endossado por amplo leque de personalidades brasileiras.

"Chegou a hora de construir um novo tempo, de paz, justiça, trabalho e democracia", disse o vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo. O dirigente comunista ressaltou: "o objetivo é que o



Unidade oposicionista em Goiânia, no lançamento do Manifesto: para além da esquerda

Manifesto resulte na criação de um movimento cívico em defesa do Brasil".

O presidente do PT, José Dirceu, ressaltou a importância do lançamento do Manifesto nas principais cidades do Brasil. José Dirceu elogiou o ato de Goiânia pela sua amplitude, registrando inclusive a presença do PSTU e do PV, que, nacionalmente, não assinaram o Manifesto. O dirigente nacional do PSB, Gustavo Balduí-

no, ressaltou, de igual forma, que o evento realizado em Goiânia deve servir de exemplo para outras cidades do país.

Em Goiás, já existe o Movimento Goiano em Defesa do Brasil, originalmente restrito ao campo da esquerda. "Com a realização deste evento e as assinaturas conquistadas, já se deu importante passo ao engajamento de setores sociais mais amplos à luta oposicionista", avaliou o pre-

sidente estadual do PCdoB, Adalberto Monteiro.

Movimento pernambucano

Em Pernambuco, o ato de lançamento do Manifesto ocorreu em Igarassu, cidade histórica da Área Metropolitana, a 50 km do Recife. Além do prefeito Ives Ribeiro e do vice-prefeito Severino Souza (ambos do PSB), estavam dirigentes es-

taduais do PCdoB, PT, PSB, PCB, PPS, PDT, e representantes da CUT, do MST, de sindicatos dos trabalhadores rurais e do movimento dos sem-teto. No plenário, cerca de 250 pessoas, em geral líderes e ativistas dos diversos movimentos sociais. Foi assinado o Manifesto, com lista de apoiadores locais. Foi o primeiro ato de lançamento do Manifesto em Pernambuco.

NACIONAL

Sérgio Miranda é candidato por que BH quer mais!

PERIDESOUZA

Mais de 600 pessoas participaram do ato de lançamento do Movimento *BH Quer Mais* e da pré-candidatura do deputado federal Sérgio Miranda à Prefeitura de Belo Horizonte. Realizado no auditório da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais o ato abriu com um debate para a elaboração de um programa de governo para a cidade.

De acordo com o deputado Sérgio Miranda, este é um movimento de articulação política de Belo Horizonte com o Brasil, já que as eleições deste ano serão federalizadas e extremamente politizadas. Para ele o PCdoB não está rompendo com a frente de esquerda, mas "querendo se manifestar com sua própria voz. Nós somos contra o desmanche do Brasil e queremos construir uma alternativa política ao modelo neoliberal de FHC. A nossa candidatura não divide a esquerda, pelo contrário, reafirma a nossa identidade quando oferece opções e estimula o debate em torno desta questão, deixando claro que nós, da esquerda, temos um alvo comum: a derrota do neoliberalismo".

Também participaram do Ato o presidente do PSB-BH, Reinaldo Melgaço; o presidente do PCB, Fernando Nogueira; o representante do diretório do PT, Geraldo Arco-Verde; o vereador do PDT, José Brasil; a professora Sandra Starling, pré candidata do PT; Juarez Amorin, da direção estadual do PPS; Cacau, da direção estadual do



Ato de lançamento da pré-candidatura comunista à prefeitura da capital mineira

PSTU; Cláudio Moreira, da direção estadual do PV; a vereadora Maria Helena, do PFL; os vereadores Paulo Augusto dos Santos-Paulão e João Moraes, do PCdoB; o vereador Ronaldo Contijo do PPS; o vereador José Lincoln do PSDB, os administradores das regionais Oeste, Newton de Sousa; Leste, Dalva Stela; e de Venda Nova, Luzia Ferreira; o vice-presidente da CUT-MG, Gilson Reis; representantes dos

sindicatos dos eletricitários, metalúrgicos de Betim, Igarapé e Bicas; Sindibel; Sinttas-MG; Contee; Sinduemg; Andes; Sinpro-MG; Sindágua-MG; Senge-MG; Fisenge; diretor da Faculdade de Medicina da UFMG; docentes da UFMG; Transvida-MG; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; MPM; Associação dos Usuários de Transportes Coletivos; Movimento por direito à Moradia;

UBES-MG; UJS; Associação Comunitária do Bairro Sagrada Família; Associação Moradores Vila Pantanal, Cecom Bairro Taquaril; Associação Moradores Vila Imperial, Associação Moradores Vila Embaúbas; Associação Comunitária Mariano de Abreu; Associação Moradores bairro São Francisco; Associação Comunitária bairro Betânia; e do Centro de Ação Comunitária do bairro Vera Cruz.

Comunista concorre à prefeitura de Cambuí/BA

Em reunião da Direção Municipal do PCdoB de Livramento, com as presenças de Péricles de Souza, Vandilson Costa e Elias Dourado, do Comitê Estadual, foi aprovada a pré-candidatura do vereador João Cambuí a prefeito do município.

Com a bandeira da unidade oposicionista, o vereador do PCdoB se apresenta com resultados eleitorais favoráveis nas eleições para vereador e deputado estadual e líder do Partido político mais nu-

mero e organizado de Livramento.

A candidatura de Cambuí buscará a unidade com todos os setores de oposição, convencida de que a vitória contra o atual prefeito só será possível com uma ampla aliança de forças.

Na reunião foram apresentados diversos candidatos a vereador, numa chapa forte que reúne profissionais liberais, pequenos agricultores, companheiros e companheiras da cidade e da zona rural, líderes religiosos e comunitários.

Pará em campanha de filiação

Mais de 200 pessoas participaram no dia 25 de fevereiro último do lançamento da Campanha Estadual de Filiação do PCdoB no Pará. O ato foi prestigiado com as intervenções de Socorro Gomes, presidente do Comitê Estadual; Sebastião Santos, presidente do comitê municipal de Belém, além de representantes dos comitês distritais do Partido na capital, entre outras lideranças. Também estiveram presentes representantes dos comitês municipais de Castanhal, Altamira e Ananindeua.

No dia do lançamento, nada menos do que 91 pessoas assinaram a ficha do

PCdoB, demonstrando que a meta inicial de filiação e incorporação de 300 pessoas deve ser superada. "A expectativa é de que a campanha cresça nas cidades pólo e conquiste um número grande de lutadores do povo para as nossas fileiras, fortalecendo a luta contra FHC e Almir Gabriel e preparando o Partido para muitas vitórias na campanha eleitoral no Estado", afirma Érico Albuquerque, secretário de Organização.

Ao final do ato foi realizado um show artístico e cultural, com as presenças dos artistas Rafael Lima e Eduardo Dias, o que aumentou ainda mais a alegria e o entusiasmo dos presentes.

Lei pune assédio sexual no RS

O governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT), enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei que pune o assédio sexual no âmbito da administração pública. O projeto, de iniciativa das deputadas estaduais Jussara Cony (PCdoB) e Maria do Carmo (PPB), define o assédio como exercício abusivo do cargo, emprego ou função nos

poderes e instituições autônomas do Estado para obter vantagem de natureza sexual, e estabelece as punições cabíveis e suas aplicações. Entre as circunstâncias que agravam a pena estão superioridade hierárquica do agente, prática contra usuário do serviço público ou contra pessoa mantida sob guarda de instituição estadual, e reincidência.

Charlatanismo no Planalto

SÉRGIO BENASSI*

A alienação completa da realidade em termos de patologia psicológica leva o nome de esquizofrenia. No caso de conduta de governos que simplesmente negam ou se recusam a ver a realidade do seu país pode ser chamado de cinismo, charlatanismo, frieza e insensibilidade social, incompetência e descompromisso com o povo ou a síntese de tudo isso nas condições atuais de apóstolo da globalização: traição nacional.

Seleciono apenas alguns índices mais representativos do caminho suicida adotado pelo governo de FHC:

- O Brasil é o terceiro colocado em número de desempregados no mundo. São 10 milhões. A produção industrial nacional de 99 é negativa em 0,7%, entretan-

to, em São Paulo é - 4,2%.

- O pessoal empregado diminuiu 6,03%.
- As horas extras trabalhadas na produção caíram 8,90%.
- A massa salarial na indústria caiu 9,38%.
- Nos últimos dois anos (98-99) a queda da produção industrial é de - 6,6%.
- 53% da mão-de-obra brasileira não tem registro em carteira e está à margem de qualquer proteção social.
- 60 milhões de brasileiros estão catalogados como abaixo da pobreza absoluta.
- 24 milhões são rotulados oficialmente de indigentes.

Quem afirma tudo isso? O próprio governo e seus festivos aliados: empresários com suas representações tipo CNI e Fiesp.

*Líder do PCdoB na Câmara de Campinas/SP

MOVIMENTO

Mulheres em marcha mundial

LIÈGE ROCHA
GILDA ALMEIDA DE SOUZA

O dia 8 de março deste ano marca o início de um grande movimento internacional de mobilização e luta das mulheres contra a pobreza e a violência e em defesa da igualdade, da paz e da democracia. A Marcha Mundial de Mulheres, organizada pela Federação de Mulheres de Quebec, no Canadá, ocorrerá em cerca de 150 países e conta com mais de dois mil grupos inscritos.

Aproveitando o Dia Internacional da Mulher, organizações da Irlanda estão convocando uma greve mundial de mulheres com um manifesto que expõe, entre outros, dados importantes sobre a condição feminina atualmente: dois terços do trabalho mundial é feito por mulheres, que no entanto recebem apenas 5% da renda desse mesmo trabalho; em todo o mundo gastam-se 700 bilhões de dólares em armamentos militares, mas investem-se menos de 20 bilhões em recursos básicos para a sobrevivência humana, tais como água limpa, saúde, sanitização e educação fundamental; as três famílias mais ricas do planeta possuem mais bens que 600 milhões de pessoas; e um terço da população mundial, para sobreviver, depende da queima de madeira para gerar combustível. Com um detalhe assustador: a coleta da madeira é feita por mulheres e crianças. Na América Latina e no Caribe, 25% da população não tem acesso a água potável. E nos países industrializados, as mulheres que trabalham com remuneração ganham metade do salário masculino.

Muitas são as razões para debater as desigualdades e partir para ações concretas na busca de mudanças na nossa realidade de vida. As mulheres são em todo o mundo as principais vítimas das políticas neoliberais, que privilegiam a especulação financeira em prejuízo da qualidade de vida e da preservação do meio ambiente e do bem-estar social. A pobreza, a exploração do trabalho e a violência são indesejáveis parceiras no cotidiano de milhões de trabalhadoras e de mães, que mesmo expostas a todo tipo de discriminação reafirmam a luta pelo direito à igualdade, saúde, educação e moradia dignas.

Em nosso país a situação não é diferente. Com o (des)governo de FHC o desemprego cresce a cada dia, particularmente entre as mulheres, e a pobreza assume cada vez mais uma cara feminina. Os direitos das mulheres, a exemplo da licença-maternidade, estão sendo violentados.

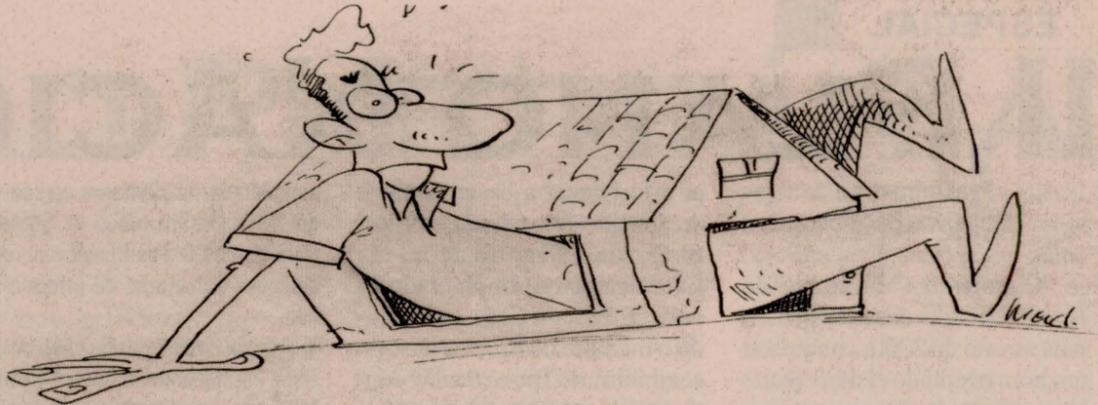
Esse movimento mundial vai se desenvolver até 17 de outubro, dia em que se realizará uma concentração de mulheres em frente do prédio das Nações Unidas, em Nova Iorque. Nesse mesmo dia, ao redor do mundo, nós mulheres estaremos alertas ocupando espaços nos parlamentos, nos jornais, nas rádios e televisões, num gesto unitário de afirmação pela igualdade e emancipação e de denúncia das arbitrariedades de que somos vítimas.

Algumas das bandeiras levantadas por diversos movimentos de mulheres, no país e no exterior, são a abolição da dívida dos países em desenvolvimento – cujo valor foi potencializado pelos ajustes impostos pelo FMI. Obtenção de recursos indispensáveis à sobrevivência das famílias, desde água potável até utensílios compatíveis com a vida moderna, como geladeiras, fogões, máquinas de lavar e computadores, porque todas merecemos conforto; e não é porque somos pobres que não temos necessidade de suporte doméstico compatível com a era tecnológica em que vivemos. Moradia e transporte acessíveis e a preços razoáveis. Proteção contra todos os tipos de violência. Igualdade de oportunidade no trabalho, com salários iguais para mulheres e homens e creche para as crianças menores. Garantia da licença-maternidade tal qual prevista no artigo 7º da Constituição federal, com intervalos para amamentação e outros benefícios que reconheçam a função social da maternidade, porque ser mãe não é crime.

Aqui no Brasil, estamos lançando a campanha “Mulher, agora são outros 500: trabalho para todas”, com o objetivo de mostrar o drama de milhões de famílias que estão sofrendo e até se degenerando com a falta de emprego de vários de seus membros, inclusive as mulheres, que hoje chefiam mais de um terço das famílias brasileiras e estão entre as pessoas mais prejudicadas com a precarização das condições de trabalho.

Acreditamos ser possível mudar o mundo e construir uma sociedade de homens e mulheres livres e iguais, sem discriminação de classe, gênero, raça ou credo. Acreditamos na luta das mulheres brasileiras por um Brasil de emprego e esperança para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Liège Rocha é presidente da União Brasileira de Mulheres (UBM)
Gilda Almeida de Souza é presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar)



Avançar na luta pela moradia

VITAL NOLASCO*

No próximo milênio a população do planeta será majoritariamente urbana. Segundo dados do Habitat II, em 1975, 37,73% da população mundial habitavam assentamentos urbanos. Em 2005 este percentual chegará aos 50% e 2025 alcançará 61%.

No Brasil 61% da população habitava em 1975 centros urbanos. Atualmente temos cerca de 81% e em 2025 teremos 90% da população nos centros urbanos. Hoje assistimos ao fenômeno da metropolização e conurbação. Um exemplo disto são as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Vitória, onde grande parte da população do Estado ou sua maioria vive em dezenas de municípios e não é mais possível distinguir suas fronteiras. Em 1940 a população urbana no Brasil representava 32%. Em 60 anos houve uma transformação radical na vida de nossa população. Hoje 73 milhões de pessoas vivem em 50 grandes centros urbanos; 53 milhões vivem em 13 metrópoles; 5 milhões vivem em favelas. Em São Paulo o número de favelados dobrou em 3 anos. Assistimos ainda ao surgimento e crescimento de cidades de médio porte. É muito comum nos grandes centros o que podemos denominar adensamento familiar: membros de uma mesma família, quando constituem a sua, constroem suas moradias no mesmo

terreno.

O fenômeno da urbanização traz transformações sociais e culturais importantes. Uma delas é o crescimento vertiginoso do proletariado. O “sem-terra” do campo passou a ser o “sem-teto” das cidades. Nelas, a única forma de se obter alguma mercadoria é comprá-la no mercado, mas para isso é necessário vender primeiro a força de trabalho. Nos dias atuais o desemprego chega a 20% nas regiões metropolitanas^[1]. As classes dominantes, ao favorecer a especulação imobiliária, agravou ainda mais as dificuldades da população de baixa renda.

Segundo dados do governo, o déficit habitacional é de 5.200.000 moradias e 94% dele é de famílias cuja renda atinge até 5 salários mínimos. A tendência do déficit habitacional é aumentar crescentemente, devido ao desemprego e ao brutal arrocho salarial. Somente no ano passado os salários perderam 5% do seu valor.

Reivindicação destacada

Por isso, a luta pelo direito à moradia digna passa a ser uma das principais reivindicações da luta popular. Vale destacar o papel da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara Federal, que foi presidida pelo deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE) e tomou importantes iniciativas, como a realização da Conferência das Cidades, bem como da Conferência sobre Sa-

neamento. Estes dois eventos jogaram papel na mobilização e nos ajudaram a melhorar nossa elaboração.

No bojo destas mobilizações foi aprovada e promulgada a emenda constitucional que considera a moradia como direito social. Foram aceleradas as tramitações do Estatuto das Cidades e do Fundo Nacional de Moradia, que tiveram sua aprovação nas comissões de mérito.

A Conam, com a realização do seu último Congresso e a eleição de uma nova diretoria comprometida com a mobilização, vem fazendo um esforço para colocar a luta pela reforma urbana e o direito à moradia num novo patamar. Será realizada de 3 à 7 de abril uma Jornada Nacional de Luta que deve constar de passeatas, assembleias, regularização de ocupações etc. O lançamento desta Jornada será no dia 17 de março na Câmara Municipal de São Paulo.

Outro momento importante desta luta serão as eleições municipais, onde os candidatos populares devem assumir a bandeira da reforma urbana e do direito à moradia, da democratização do poder municipal, da descentralização administrativa, passando pelo orçamento participativo e pela Tribuna Popular nas Câmaras de Vereadores. Se conquistados, esses espaços serão úteis na organização e mobilização popular.

[1] (Fonte: IPEA/Seade)

*do Secretariado Nacional do PCdoB

Ação sindical e organização do Partido em debate

EVERALDO AUGUSTO

O Comitê Estadual do Partido na Bahia realizou Ativo dos militantes que atuam no movimento sindical, para discutir a política nacional do PCdoB para o movimento sindical e a organização partidária nas bases de trabalhadores. Cerca de 150 militantes da capital e interior, dentre os quais estavam trabalhadores rurais, camponeses, operários, servidores públicos e trabalhadores da área de serviços, participaram do encontro.

João Batista Lemos, secretário sindical nacional, foi o expositor do tema relacionado à política sindical do Partido. Na sua intervenção expôs as linhas gerais do documento que está sendo elaborado pelo Comitê Central, que leva em conta o contexto de dificuldades para os trabalhadores e para o movimento sindical face às políticas neoliberais em âmbito mundial e no Brasil, entrelaçadas com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho,

caracterizadas como uma nova reestruturação produtiva.

Frente a estas duas ordens de problemas os comunistas devem considerar, nas suas formulações, a perspectiva de resistência, da defesa do emprego e dos direitos sociais, reafirmando a concepção classista de luta anticapitalista desenvolvida pelos sindicatos. Na segunda parte da sua abordagem Batista tratou das questões organizativas, mais particularmente dos aspectos subjetivos, ligados diretamente à direção do movimento sindical. Destacou o secretário sindical o caráter direitista e patronal da Força Sindical e as vacilações da corrente majoritária da Central Única dos Trabalhadores, que mesmo tendo adotado uma flexão positiva na sua política ao colocar novamente a CUT na linha de frente do combate ao governo FHC, tem adotado, aceleradamente uma política social-democratizante da Central. Ou seja, a CUT tem acertos na tática e equívocos na estratégia. Boa parte da intervenção de João Batista Le-

mos voltou-se para defender a tese da necessidade dos comunistas trabalharem no sentido de construir uma nova hegemonia no movimento sindical para enfrentar os novos desafios.

Péricles de Souza, secretário de organização do Partido na Bahia, fez a exposição do segundo tema cujo conteúdo tratou dos princípios de organização do Partido, abordando problemas concretos neste terreno nas áreas sindicais e as lutas mais decisivas no ano 2000, principalmente as eleições municipais.

Destacando que a tarefa mais importante para a transformação social é a construção do Partido, Péricles expôs o Plano de Construção e Estruturação Partidária, que integra as tarefas de organização, formação, propaganda e finanças, cuja meta central neste momento é o fortalecimento dos comitês municipais e distritais, pré-requisito para a formação dos organismos de base, centros de gravidade do Partido e instâncias principais de cada militante comunista.

ESPECIAL

II PLANO NACIONAL DE ES

Preliminares e
Objetivos Básicos

O Partido Comunista do Brasil tem dois desafios principais no ano de 2000: conquistar um bom resultado eleitoral e um bom resultado na sua estruturação. O II Plano de Estruturação Partidária – segundo fator dessa equação – procura dar seqüência ao Plano de 1999, tomando por base os resultados alcançados e submetendo-se às particularidades da campanha eleitoral municipal vindoura. Parte da necessidade de um Partido mais forte para eleger os candidatos comunistas e considera que o Partido só se fortalece no curso da batalha política. Busca o equilíbrio entre estruturação partidária e atividade de campanha propriamente dita, como elementos que se complementam e não se excluem.

A preliminar para o II Plano obter sucesso é superar a prática corrente que subestima a estruturação do Partido nos períodos eleitorais, o que depende sobretudo da **atitude dos seus organismos dirigentes**. O II Plano de Estruturação Partidária é integrado pelas quatro frentes: organização, formação, propaganda e finanças. Irá de março até o final deste ano. Tem caráter nacional mas, pela particularidade política do ano 2000, terá maior ou menor sucesso se as direções estaduais do Partido, após terem estabelecido seus planos próprios, com prioridades, metas, recursos etc. ao nível do seu Estado, souberem **descentralizar**, desdobrar o plano para os municípios.

Este ano todos os comunistas vão concentrar suas energias na eleição dos candidatos do Partido e na execução do II Plano de Estruturação Partidária. Os quase 2 mil **candidatos comunistas** – parte destacada da militância – devem estar imbuídos da idéia de que sua tarefa não se limita a pedir votos para si mas devem se colocar também como construtores do Partido. Devem dar exemplo à militância, incluindo-se e mantendo-se em dia com Sistema Permanente de Contribuição do Militante e esforçando-se para passar pelo Curso Básico.

Objetivo Central do II Plano

O II Plano de Estruturação Partidária tem como objetivo fortalecer a estruturação dos Comitês Municipais, fazendo com que eles dirijam efetivamente a campanha eleitoral do Partido através das Organizações de Base de seus municípios e, ao mesmo tempo, estejam estruturados na condição de que a maioria de seus membros tenha realizado o Cifforma, contribuam financeiramente com o Sistema Nacional, recebam **A Classe Operária**, assinem a **Princípios** e reünam-se periodicamente. A partir daí, ampli-

ar e fortalecer a base militante do Partido através da estruturação das Organizações de Base, inclusive implantado-as onde só existam CMs, envolvendo o máximo de filiados nas Assembléias de Base, dando continuidade persistente ao trabalho de filiação, sobretudo na batalha eleitoral, e elevando o número de nomes do Cadastro Nacional. Os Comitês Municipais devem, portanto, se ligar mais de perto à vida política e à Organização da Base do Partido, sendo essencial para isso a **participação direta** dos dirigentes municipais na formação das OBs.

Os grandes eixos do II Plano podem ser sintetizados nas seguintes palavras-de-ordem:

- Nenhum Comunista sem Organização de Base
- Todo Comitê Municipal com Organizações de Base
- Toda Organização de Base com o Curso Básico
- Todo Dirigente Contribuindo Financeiramente com o Partido
- Todo Filiado com o Compromisso de Contribuição Financeira
- Todo Comunista com **A Classe Operária** e Todo Dirigente com **Princípios**
- Todas as Organizações de Base na Campanha Eleitoral
- Todo Candidato Comunista Ajuda a Estruturar o Partido

As Metas do II Plano

As metas surgem como algo que se pretende atingir partindo da realidade partidária atual, o volume programado da campanha e suas exigências. São metas até dezembro:

- Trabalhar para triplicar o número de Comitês Municipais que estejam no nível mais avançado de estruturação partidária, ou cerca de 20% do total, ou aproximadamente 200 CMs. Destes, a **prioridade** recai sobre os 100 maiores e mais importantes municípios do país.
- Trabalhar para a transformação de metade dos cerca de 400 CMs atualmente provisórios em definitivos, segundo as exigências estatutárias, levando-se em conta os municípios mais importantes deste universo.
- Filial 15 mil novos camaradas reafirmando que as filiações devem ser de qualidade, no fogo da luta.
- Envolver pelo menos 30 mil camaradas nas Assembléias de Base preparatórias das Conferências Municipais de junho próximo.
- Incorporar mais 13 mil camaradas às bases, somando-os aos 12 mil que já participam regularmente.
- Organizar Bases em pelo menos 50% dos cerca de 700 municípios nos quais a organização do Partido limita-se ao Comitê Municipal.
- Atingir 50 mil nomes no cadastro nacional, trabalhando para que toda a base de dados seja atualizada e

completada. Implantar a versão 4.0 do Siscamid em todos os Estados. Para isso o CC e os CEs devem reforçar suas estruturas de informatização.

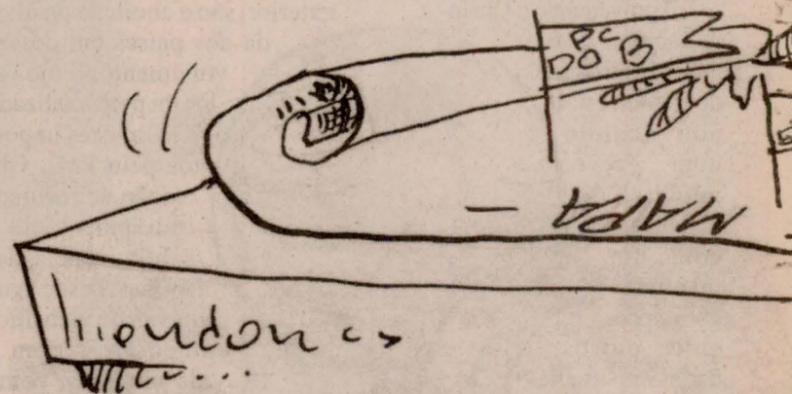
- Atingir 2 mil contribuições no Sistema Permanente de Contribuição do Militante, procurando aí incluir todos os 825 membros dos CEs e os coletivos dos 200 Comitês Municipais alvo central do II Plano, bem como as contribuições dispersas e localizadas que agora estão fora do Sistema.

- Durante as Conferências Municipais, colocar a exigência de que todos os membros das Comissões Políticas dos CMs e dos CDs contribuam com o Sistema Nacional.

- Atingir a tiragem de 20 mil exemplares de **A Classe Operária** e alcançar 3.000 assinaturas para a **Princípios**, concentrando esforços na estrutura de direção intermediária do Partido.

- Fazer funcionar o serviço de **DDG-0800** durante o período de março a outubro, garantindo que a logomarca do sistema apareça em todos os programas de rádio e TV do Partido e nos folhetos de propaganda de todos os seus candidatos no país.

- Preparar 500 monitores – **formadores de base** – encarregados de disseminar o Curso Básico em Vídeo, alocando inclusive os 300 cifromeiros já ativos, objetivando passar pelo curso **todos** os militantes que participarem das Assembléias de Base preparatórias das Conferências Municipais, e oferecê-lo aos novos filiados, em turmas especiais, mensais e quinzenais, bem como aos membros



dos Comitês Municipais (definitivos ou provisórios) ainda pouco estruturados.

- Aplicar o Cifforma reformulado voltado para a consolidação dos 200 Comitês Municipais que são o alvo central do II Plano.

Os Planos Estaduais
e Fases do II Plano

Tendo a direção nacional do Partido já elaborado as orienta-

ções do II Plano, os CEs **devem ter os seus planos feitos no mês de março**, procurando inserir os CMs no planejamento logo em seguida. As fases do II Plano devem se adequar à dinâmica própria da campanha eleitoral. Assim é que se pode estabelecer:

1º) Uma **primeira fase** do Plano, que vai de março a junho. Serão quatro meses de duração. Nesse período, as forças

COMUNISTAS DEBATEM PLANO DE
ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA – 2000

LEJEUNE MATO GROSSO
XAVIER DE CARVALHO*

Deuniram-se no dia 29 de fevereiro, as quatro comissões auxiliares internas do Comitê Central do PCdoB, que contou com a presença de secretários e representantes de comissões de organização dos oito maiores comitês estaduais do Partido (SP, RJ, MG, RS, PE, AM, BA e CE).

Os Estados convidados possuem 67% dos comitês municipais, 68% dos dirigentes intermediários e concentram 84% das organizações de base comunistas em plano nacional. Nesses Estados foram formados 77% de todo o contingente que passou pelo Cifforma em 1999. Nessas localidades residem 65% da população brasileira e concentra-se 76% do PIB. O Partido obteve, nesses Estados, nas eleições de 1998, 71% de sua votação geral para a Câmara dos Deputados.

A **estruturação, dentro do II Plano que vem sendo gestado, visa a nossa participação no curso dos acontecimentos políticos do país em 2000, em especial nas**

eleições municipais. Tem o objetivo de continuar a fortalecer as direções intermediárias e construir as organizações de base. As coisas estão intimamente ligadas e são duas faces de uma mesma moeda.

Deverá ser elaborado um cartaz de divulgação do II Plano Nacional de Estruturação e um folheto apresentando o II Plano, seus objetivos e metas.

O sistema 0800 999965, de discagem direta gratuita para filiações, deverá ser mantido. Cada Estado receberá a lista das pessoas que ligaram pedindo a filiação. Caberá ao Estado enviar ao candidato a membro do Partido materiais comunistas, inclusive a ficha de filiação.

Diversas formas de mobilização partidária têm sido realizadas. Uma experiência positiva é a reunião de presidentes de comitês municipais de determinadas regiões. Outra é a realização de plenárias regionais com representantes dos comitês municipais. Há também a divisão de Estados em micro-regiões ou zonas acompanhadas por dirigentes estaduais que residem e/ou trabalham nessas localidades (não

se trata da criação de uma outra instância partidária, mas de simples mecanismo de facilitar o acompanhamento partidário). Essas experiências devem ter continuidade.

Os parlamentares comunistas devem participar das atividades de lançamento do II Plano nos Estados, para emular a militância e ampliar os espaços de divulgação na mídia. Os comitês estaduais e municipais devem imediatamente elaborar seus planos, em consonância com o plano nacional, para viabilizar e otimizar sua aplicação.

Devemos levar em conta o calendário do desenvolvimento do Plano. Sua primeira fase vai até o final de junho, com a realização das Conferências Municipais (de 10 a 30). A segunda fase coincide com a campanha eleitoral, entre 1º de julho e 1º de outubro. E a última, com dois meses e meio, irá até meados de dezembro.

A reunião foi muito produtiva. Diversas observações foram feitas, que aprimoraram a redação final do II Plano de Estruturação Partidária.

ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA



ões mensais do pleno e semanais das suas Comissões Políticas. Os Comitês Estaduais devem incluir a discussão do andamento do Plano em suas reuniões ordinárias bimensais, bem como na pauta de todas as reuniões de suas Comissões Políticas. Instrumentos de mobilização partidária e de controle de atividades como reuniões com presidentes de CMs de um Estado, reuniões por regiões ou zonas de Estado e outros meios podem ser proveitosos.

Os ativos nacionais – de propaganda e de finanças –, as reuniões de organização, as reuniões nacionais regionalizadas da formação, alguns já realiza-

dos e outros programados; as reuniões das Comissões Nacionais voltadas para a estruturação; as reuniões regionais de membros do CC, todos estes serão instrumentos úteis de difusão e controle do andamento do Plano. No meio e no final do ano o Comitê Central fará o balanço da execução do II Plano. A Comissão Política do CC fará o acompanhamento mensal da atividade.

A Propaganda do II Plano

Será produzido um *folder*, em março, com 50 mil exemplares, contendo a síntese do Plano, para agilizar a sua difusão

em toda a estrutura partidária. Devemos utilizar as inserções de rádio e TV, bem como matérias específicas em todos os números de **A Classe Operária**, e outras iniciativas ao nível dos Estados e municípios como faixas e materiais específicos de cada frente de estruturação. Os camaradas que têm maior visibilidade como parlamentares e sindicalistas devem ajudar na deflagração do Plano.

São Paulo, 2 de Março de 2000

A Comissão Política do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

(documento elaborado segundo as indicações da 8ª reunião do CC)

0800 99 99 65

LINHA ABERTA PARA NOVOS FILIADOS

JAIRO JOSÉ*

Em junho do ano passado, o PCdoB pôs em funcionamento um serviço telefônico do tipo DDG (Discagem Direta Gratuita), que permite ao Partido receber ligações de qualquer parte do Brasil sem, nenhum custo para a pessoa que liga. O local de atendimento das ligações é em São Paulo.

A implantação desse novo canal de comunicação foi motivada pela campanha de filiação desenvolvida pelo Partido, como parte do Plano de Estruturação Partidária. A campanha teve seu ponto alto durante a veiculação das inserções e programas partidários em rede nacional e rádio e TV. Num só dia (15/08/99) foram recebidas 1.182 chamadas, o que mostra o alcance desse serviço.

No período em que funcionou regularmente, de junho a novembro de 99, o 0800 do PCdoB registrou cerca de 5 mil ligações. A maioria partiu de pessoas interessadas em conhecer melhor e se filiar ao PCdoB.

Pacote de filiação

Para cada pessoa que liga, é preenchido um cadastro identificando nome e meios de contato (telefone, endereço etc.) e o motivo da ligação: se foi para saber mais sobre o Partido e nossas idéias e/ou se a chamada tinha o objetivo de solicitar filiação. Para essas últimas, é enviado um pacote de materiais (uma carta acompanhada de um exemplar do estatuto do PCdoB, um exemplar do jornal do PCdoB local e o *folder* com a ficha de filiação); e o contato é repassado para os comitês do local de onde partiu a chamada. Por exem-



plo, se a ligação partiu da cidade de Sorocaba, interior de São Paulo, é repassado o nome, endereço e telefone da pessoa para o comitê municipal de Sorocaba, para que ele entre em contato com a pessoa, verificando se ela recebeu o pacote de filiação e se mantém o interesse em ingressar no Partido. Se a ligação vem de outros Estados brasileiros, é enviada a relação de nomes e endereços para o respectivo comitê estadual.

Custo e benefício

Toda essa movimentação tem seu preço. E não é baixo. Para manter o 0800 em funcionamento, o Partido gasta, em média, R\$ 3.000,00 por mês. Este custo é caro para os padrões do PCdoB e foi previsto para uma média de 500 ligações por mês. Quanto mais ligações houver, maior será o custo.

Todos os comitês estaduais e municipais devem divulgar o 0800 o mais amplamente possível, conforme orienta o 2º Plano Nacional de Estruturação Partidária, que estabelece, como uma de suas metas: "Fazer funcionar o serviço de 0800 durante os períodos de março a junho; quando os programas e inserções na-

cionais e estaduais do Partido no rádio e na TV vão ao ar. Manter o 0800 funcionando durante a campanha eleitoral..."

Se por um lado achamos que vale a pena lançar mão deste instrumento moderno e eficaz de contato e recrutamento de filiados, por outro lado, o alto custo do serviço, aliado às dificuldades financeiras do Partido, nos obriga a dar ao 0800 a maior eficácia possível. E o que isso quer dizer?

Atendimento continuado

Quer dizer que cada ligação recebida pelo 0800 deve ser **cuidadosamente** tratada pelos comitês estaduais e municipais. Por trás de cada chamada há, quase sempre, alguém interessado em participar, de alguma forma, das lutas que o Partido trava no dia-a-dia. É claro que, como em qualquer outro serviço dessa natureza, também recebemos trotes e todo tipo de chateação, mas essa não é a regra. O grosso das ligações retorna em forma de novos filiados e novos militantes.

Para que isso aconteça com frequência cada vez maior, o atendimento do 0800 não pode terminar na mesa da atendente. Precisa continuar nos comitês municipais, através do contato dos dirigentes partidários com as pessoas que optaram por procurar o PCdoB através do telefone.

Mais que um número de telefone, o 0800 precisa ser visto pelos dirigentes comunistas como o primeiro passo para a incorporação de novos camaradas nas fileiras partidárias. E é isso que vai justificar nossos gastos e nosso empenho. **Gráfico de Organização de São Paulo e membro do Comitê Central*

políticas se preparam para a batalha eleitoral, e ocorrem as primeiras iniciativas de campanha, que culmina com a escolha legal dos candidatos em junho.

O Partido deve desenvolver essa atividade **pela sua estrutura**, fortalecendo os CMs e ampliando as OBs. As Assembleias de Base e Conferências Distritais ganharão maior impulso nos meses de abril e maio, culminando o processo com a realização das Conferências Municipais massivas de junho de 2000.

As tarefas da estruturação entram na pauta de todas essas reuniões **ao lado** das discussões da campanha eleitoral. Os Comitês Municipais orientam e acompanham todo o processo para que tome impulso a filiação, a incorporação de filiados às Bases e os cursos básicos. Isto quer dizer que a tarefa central é colocar toda a máquina partidária em funcionamento organizado. Os candidatos do Partido, nessa pré-campanha, podem e devem ajudar muito nesse objetivo. O Curso Básico em Vídeo pode ser um instrumento fundamental para se chegar até as Bases e colocá-las em movimento.

2º) Uma **segunda fase** inicia-se em julho e vai até 1º de outubro. Serão três meses de duração. É caracterizada por ações de massa intensas da campanha eleitoral. Desde a campanha corpo a corpo até as grandes manifestações de rua, o Partido fará uma ampla propaganda de seus candidatos e de seus materiais. Milhões de pessoas terão contato com as propostas comunistas.

O Partido coloca todas as suas forças em tensão máxima. Os Comitês intermediários intensificam sua atividade dirigente. As OBs fazem campanha todos os dias assumindo o caráter de **núcleos dos comitês eleitorais amplos**. Essa é a forma de se evitar a diluição da

estrutura partidária e, ao mesmo tempo, a base para a expansão do Partido. Deve se estar atento para que se facilite, se criem canais para que o maior número de pessoas possa gradativamente ir se aproximando do Partido.

3º) Uma **terceira fase** do II Plano **inicia-se logo** após a eleição e vai até meados de dezembro. Serão dois meses e meio de duração. Todos os CMs e as Organizações de Base fazem o balanço da campanha eleitoral e tratam de "capitalizar" o trabalho da campanha.

Nesse momento, deve se evitar o perigo de dispersão após o grande esforço eleitoral. O trabalho partidário pode perder em amplitude mas deve ganhar em profundidade. Assim é que muitas pessoas que giraram em torno do Partido durante a campanha poderão ser filiadas. Naturalmente surgirá também uma demanda maior por cursos mais aprofundados – após os cursos básicos e após a campanha – que poderá ser suprida pelo *Cifroma*. A *Classe* e a *Princípios*, assim como a contribuição militante no Sistema Nacional, são elos fundamentais para que a estruturação se consolide.

A experiência indica que os Comitês Estaduais devem ter um cuidado especial para que, em todas as fases do Plano, mantenham-se estruturados o Partido e suas organizações afins. Tal é o caso da União da Juventude Socialista – UJS –, que deve atuar na campanha eleitoral preservando sua estrutura segundo a resolução do CC sobre o seu relançamento e a organização dos jovens comunistas.

O Controle do II Plano

O controle do andamento do Plano é feito em nível nacional, estadual e municipal, cujos CMs e os CDs devem fazer reuni-

PCdoB

Importante acontecimento na história dos comunistas

LUCIANA SANTOS*

Os comunistas brasileiros assinalaram uma data importante na trajetória da sua organização partidária: o 38º aniversário da Conferência Nacional Extraordinária que reorganizou, em 18 de fevereiro de 1962, o Partido Comunista do Brasil. O fato tem importância histórica não apenas para os que se batem pelo socialismo e o concebem em bases científicas. Tem relevante significado na história dos partidos políticos em nosso país.

Afonso Arinos de Melo Franco, em seu estudo *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*, analisa a fragilidade dos partidos em nosso país. No Brasil, sempre existiram partidos estaduais, articulados em função de interesses locais, de cunho regionalista. No Império, na República Velha e mesmo após a Revolução de 30. O caráter estadual dos partidos foi reforçado nos textos constitucionais de 34 e de 37. Só após a redemocratização, em 1946, surgem legendas formalmente nacionais, reclamadas pela nova Constituição – porém na verdade constituídas por um somatório de grupos políticos vinculados a interesses regionais.

A exceção sempre foi o Partido Comunista, que assumiu e manteve caráter nacional desde a sua fundação em 1922 – motivado pela concepção teórica e política em que fundamenta seu projeto de mudança da sociedade.

Na história do PCdoB assinalamos três marcos decisivos. O primeiro, a fundação em 1922. O segundo, a Conferência Nacional Extraordinária de reorganização, em 1962. O terceiro, o 8º Congresso, em 1992 (e a 8ª Conferência Nacional



Amazonas (em pé) e Pomar (3º à esquerda, na mesa) em reunião, 1962

extraordinária, em 1995, de que resultou o Programa Socialista para o Brasil).

Há uma relação de continuidade entre a Conferência de 1962 e a de 1995. Naquela, 100 militantes, sob a liderança de João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Elza Monerat, dentre outros, consideraram que a maioria momentânea, comandada por líderes de grande prestígio, influenciada pelas teses e atitudes antimarxistas que emanavam do poderoso PCUS e da União Soviética, mudara nome, princípios, objetivos e natureza do velho Partido de 1922, dando lugar a uma agremiação de caráter reformista. E que cabia, então, reestruturar o Partido de feição revolucionária, restabelecendo a sua denominação ori-

ginal Partido Comunista do Brasil, adotando agora a sigla PCdoB, e recuperando seus princípios e objetivos revolucionários.

Concretizava-se, ali, um núcleo de pensamento revolucionário científico que se mostraria capaz de contribuir, a partir de então, para o desenvolvimento da teoria marxista e de formular um pensamento teórico e político próprio, **brasileiro** – cuja expressão maior é o Programa aprovado em 1995.

Daí a razão de ocuparmos a tribuna desta Casa para registrar, com entusiasmo militante, o feito de 1962.

*deputada, pronunciamento na Assembléia Legislativa/PE em 21 de fevereiro

Homenagem a Olga Benário

Em razão do dia 8 de março, quando é comemorado o Dia Internacional da Mulher, a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) homenageou a comunista Olga Benário Prestes, assassinada em um campo de concentração em 1942, após ter sido entregue aos nazistas pelo governo Vargas quando tinha apenas 28 anos. “Mulher de qualidades e virtudes impressionantes, a então esposa de Luiz Carlos Prestes é certamente respeitada por todos no Brasil, mesmo por aqueles que defendem pontos de vista divergentes de sua ideologia”, ressaltou Grazziotin.

Para a parlamentar, Olga Benário não só viveu como uma autêntica heroína, mas mesmo na hora de sua morte deu mostras de seu caráter ilibado, como comprova carta escrita na véspera de sua execução para o marido e a filha que nasceu na prisão: “Lutei pelo justo, pelo bom e até o fim vocês não terão nada para envergonhar-se de mim”.

Lembrando Demócrito e Manoel Elias

Dia 3 de março assinalou 55 anos da morte do estudante Demócrito de



Olga: vítima do nazismo

Souza Filho (e, dias após, do operário Manoel Elias), vítimas da repressão policial à manifestação de rua contrária ao Estado Novo. A deputada Luciana Santos (PCdoB/PE) destacou, na Assembléia:

“Era um tempo agitado, em 1945. Em todo o país crescia o clamor pela redemocratização. A ditadura do Estado Novo se esgarçava sob a pressão dos mais diversos segmentos da socie-

dade, e sob a influência dos novos ventos que sopravam no mundo com a vitória aliada sobre o nazi-fascismo. Na tarde de 3 de março, após comício realizado em frente à Faculdade de Direito, estudantes, professores e ativistas da luta democrática percorrem em passeata as ruas do centro do Recife, concentrando-se em seguida na Pracinha do Diário, para novo comício. A manifestação foi violentamente reprimida pela polícia. Uma bala atinge o estudante de Direito Demócrito de Souza Filho, postado na sacada do prédio do *Diário de Pernambuco*. Demócrito vem a falecer horas depois. E alguns dias após, também morre, vítima de ferimentos no pulmão, o operário Manoel Elias.”

Demócrito foi homenageado pelos estudantes que dão o seu nome ao Diretório Acadêmico. O Centro Comunitário Carvoeiro Manoel Elias, no bairro da Mustardinha, perpetua o nome do operário perante as novas gerações.

Para Luciana, “há um simbolismo muito forte na imolação desses dois pernambucanos. Um é estudante, o outro é operário. Operários e estudantes têm se colocado sempre nas primeiras trincheiras da luta democrática em nosso país.”



“La izquierda frente al nuevo Siglo... la lucha continúa”

A luta da esquerda continua

Sob o lema “A esquerda frente ao novo milênio, a luta continua”, realizou-se em Manágua de 18 a 21 de fevereiro o IX Encontro do Fórum de São Paulo, um representativo evento que contou com a presença de importantes partidos políticos e personalidades da esquerda latino-americana e caribenha, membros e observadores do Fórum, além de partidos de outros continentes, na qualidade de convidados. Do Brasil participaram o PT, o PCdoB, o PSB e o PPS. O presidente de honra do PT, Lula, falou nos atos de abertura e encerramento e acompanhou todo o encontro.

Os temas do IX Encontro foram “Experiências de luta contra o neoliberalismo” e “América Latina frente ao novo milênio”, que ensejaram um rico debate em torno da grave situação econômica e social criada no subcontinente em decorrência da implantação do neoliberalismo e deram elementos para a elaboração de uma plataforma de luta em torno das questões nacional, democrática e social. Ao final, foi aprovada a “Declaração de Niquinohomo”, lida na sessão de encerramento realizada nesse povoado onde viveu Augusto C. Sandino, general de homens livres, herói e inspirador das lutas do povo nicaraguense.

Além dos debates em plenária sobre os temas centrais, em que cada partido membro contribuiu com seu enfoque, o IX Encontro proporcionou a realização de seminários temáticos: sobre a condição da mulher, as leis eleitorais, a luta eleitoral e os meios de comunicação, a juventude e a luta contra o neoliberalismo, o papel dos micros, pequenos e médios empresários nos países da América Latina, a Universidade Pública, a atividade parlamentar dos partidos de esquerda, a luta anti-racista e o papel dos cristãos na luta política e social. Como se vê, uma ampla gama de assuntos que revela a diversidade das preocupações políticas e sociais dos partidos do Fórum de São Paulo.

Além da Declaração Política, da qual publicamos os trechos mais importantes, o IX Encontro do Fórum de São Paulo aprovou importantes moções: pelo repatriamento de Elián Gonzales a Cuba; em repúdio a formação de um governo de direita fascista na Áustria; em apoio à luta do povo colombiano; em apoio ao levante popular ocorrido no Equador, contra a ingerência norte-americana e por uma saída política justa para o conflito em curso naquele país; pelo levantamento do bloqueio ao Iraque; em apoio aos esforços do governo da RPD da Coreia pela reunificação do país; entre outras.

A documentação completa do IX Encontro do Fórum de São Paulo poderá ser encontrada na página do PCdoB na Internet a partir de 25 de março.

INTERNACIONAL

Declaração de Niquinohomo

Aprovada na Plenária Final do IX Encontro do Fórum de São Paulo, realizado em Manágua, Nicarágua, de 19 a 21 de fevereiro de 2000

No limiar do século XXI e do Terceiro Milênio de nossa era, a uma década da fundação do Fórum de São Paulo, o agravamento da crise política, econômica, social e cultural pela qual atravessa a humanidade, abriu o caminho para resolver as incógnitas – algumas reais e outras aparentes – que motivaram a convocação do “Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe”, celebrado no Brasil em julho de 1990.

O núcleo fundador do que é hoje o nosso Fórum compareceu àquele encontro em São Paulo para realizar um intercâmbio de pontos de vista sobre o impacto que o fim da bipolaridade do pós-Segunda Guerra teria sobre as lutas dos partidos e movimentos políticos da esquerda na América Latina e no Caribe.

O encontro de São Paulo teve o mérito de conseguir, pela primeira vez na história latino-americana, a convergência de partidos e movimentos políticos de todo o espectro da esquerda; protagonistas das mais diversas formas de luta, os quais em conjunto constataram que os dramáticos problemas que afetam os povos do mundo particularmente os da América Latina e do Caribe, não desapareceriam com o fim da Guerra Fria, mas que só seriam erradicados com o fim da opressão, dominação, exploração e do racismo. Dentro de nossa pluralidade e diversidade, os partidos e movimentos políticos membros do Fórum de São Paulo coincidem na luta contra o imperialismo, que nas duas últimas décadas do século XX adotou a forma de capitalismo neoliberal.

Os dez anos transcorridos desde a criação de nosso Fórum não fizeram outra coisa que ratificar a validade de nossas idéias iniciais. Igualmente a julho de 1990, os partidos e movimentos do Fórum de São Paulo rechaçamos taxativamente que o neoliberalismo possa constituir um projeto de desenvolvimento que, depois de um período do chamado ajuste, “derramaria” riqueza para todos os habitantes da terra. Rechaçamos que a doutrina neoliberal responda a supostas leis inexoráveis do desenvolvimento econômico e técnico-científico.

Especialmente, a realidade da última década tem demonstrado os limites do modelo neoliberal e sua incapacidade para resolver os problemas da humanidade. O fracasso da reunião de Seattle, em dezembro de 1999, é a expressão simbólica da força da resistência internacional antineoliberal e do fracasso desse modelo.

A doutrina neoliberal corresponde, na realidade, a interesses econômicos e políticos daqueles que estão dispostos a sacrificar e exterminar a maioria da humanidade para manter uma diabólica e vertiginosa corrida pela acu-

mulação de riqueza em dimensões quase inimagináveis

A economia mundial entrou numa fase depredadora. As palavras-chaves para descrever o mundo contemporâneo são concentração, polarização e dominação neocolonialista. Concentração de riqueza, propriedade e produção. Polarização política, econômica e social, com suas seqüelas de miséria, exclusão e marginalidade.

Essa polarização e desigualdade se expressam no âmbito mundial na reduzida proporção da população planetária que consome a maior parte dos produtos e faz uso dos serviços disponíveis; na riqueza concentrada em não mais que trezentas famílias; nos milhões de seres humanos sem acesso ao trabalho, à saúde, à alimentação, a uma habitação digna, à educação, aos direitos básicos de sobrevivência, reprodução e desenvolvimento conquistados pela espécie humana de geração em geração.

A isso se agregam os efeitos da agressiva unipolaridade militar dos Estados Unidos e sua criminosa determinação de violentar a ordem legal internacional do pós-guerra, claramente manifestada no genocídio ao povo da Jugoslávia sob o rótulo da ONU e a partir de uma OTAN reformada com essa finalidade.

Diante dessas realidades, reunidos na terra natal; do general Augusto C. Sandino, proclamamos:

Que a única forma de salvar a humanidade de uma segura autodestruição é colocar a satisfação das necessidades humanas e não o ganho e o lucro individuais como a prioridade básica da sociedade futura.

Que é necessário continuar desenvolvendo a luta da mulher para vencer práticas e ideologias sexistas que inclusive no seio de nossas organizações e partidos seguem subsistindo como manifestações de discriminação, que é necessário erradicar para uma nova relação entre os gêneros em condições de igualdade de oportunidades.

Que a esquerda deve assumir os novos problemas que a intelectualidade progressista exige em torno da defesa da universidade e da educação públicas como patrimônio da cultura democrática.

Que a solução dos problemas do mundo passa pela erradicação, através da luta, das contradições fundamentais que hoje agravam a sociedade; isto é, as contradições de classe que se encontram estreitamente relacionadas com as mais diversas formas de opressão, discriminação e exploração, entre elas as de gênero, étnicas, raciais, culturais, religiosas, de grupos de idade ou de preferência sexual.

Que os povos do mundo não poderão aspirar a consolidar sua liberdade; nem conquistar sua autodeterminação e soberania integral, enquanto não se tenha apa-



José Reinaldo, Lula, Daniel Ortega e Tomas Borge no ato de encerramento do FSP

gado todo vestígio de colonialismo e neocolonialismo, como o que oprime os povos irmãos de Porto Rico, Martinica, Guadalupe, Guiana Francesa, Antilhas Holandesas e casos específicos como o das ilhas Malvinas.

Que no século XXI a esquerda se apresenta como uma real alternativa de poder popular, construindo novas instituições participativas, novas formas democráticas de governo e de desenvolvimento econômico fundamentadas no bem-estar integral das maiorias nacionais. Que todos os reveses e as vitórias da história do movimento operário e popular, em particular, as tradições de luta da esquerda latino-americana e caribenha, e a experiência que temos adquirido como membros do Fórum de São Paulo, fazem parte do acervo político e social para assumir o papel que corresponde aos povos no governo de seus próprios destinos.

Nesse acervo contamos com a experiência de elaboração de propostas, de conquista de espaços e poderes, de construção de

modelos alternativos que nascem da identificação e conhecimento da realidade concreta e que aspiramos a transformar; e da necessidade de encerrar profundas mudanças estruturais que levem a reverter o processo de destruição de nossos parques produtivos, que combatam a especulação financeira internacional, que levem a redistribuir a riqueza, democratizar e socializar a elaboração orçamentária, promover a participação social e a descentralização política e econômica voltada a transformar o Estado colocando o a serviço do desenvolvimento e do aprofundamento de uma nova democracia integral: social, política, econômica, cultural e de gênero.

Os desafios são enormes para a esquerda latino-americana e só conseguiremos vencer na medida em que façamos da unidade de ação e de propósitos o instrumento mais valioso de nossas lutas, compreendendo que a pluralidade e a diversidade da esquerda são um capital democrático que devemos preservar. Nelas, e na tolerância às di-

ferenças, se encontram a base da unidade das forças da mudança e sua capacidade transformadora. Unidade que se deve forjar em cada país e também mais além das fronteiras nacionais, para tornar viável o projeto, e para que este tenha caráter integrador e solidário.

Assumimos o compromisso com os princípios humanistas que nossos heróis e mártires defenderam com a própria vida; a defesa dos interesses nacionais e populares por cima dos interesses de nossos respectivos partidos e organizações; o sentimento patriótico que tiveram os forjadores de nossas nacionalidades em sua luta contra toda forma de dominação externa e contra toda tirania. Depois de dez anos de fundado o Fórum de São Paulo, a esquerda latino-americana reafirma essas tradições democráticas e de resistência de que deram exemplo nossos povos e está decidida a lutar e vencer.

Manágua, Nicarágua,
20 de fevereiro de 2000.

ASSINE

A CLASSE OPERÁRIA



Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020
São Paulo - SP, Tel. 0 11 3104-4140

Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

cheque nominal

dinheiro

Cartão nº
Validade

Vale postal nº

Depósito na conta Ag.0251
C/C 48676-7, Banco Itaú

15 edições
R\$ 15,00

Pagamento:

Data da assinatura: ____ / ____ / ____

Nome:

Endereço:

Bairro:

CEP

Tel.: ()

Correio eletrônico:



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

INTERNACIONAL

O milagre cubano

LUIZ MANFREDINI*

Em Havana, onde estive por esses tempos, deparei com uma edição do diário *Granma* anunciando, em matéria ampla, porém discreta, que o PIB do país cresceu 6,2% em 1999, quase três vezes mais o que havia sido previsto no início do ano.

Os cubanos anunciavam o feito sem o estardalhaço a que tinham todo o direito. Nas circunstâncias de Cuba, apresentar tal performance na economia é mesmo formidável. Um insuspeito relatório da Cepal, aliás, não deixa dúvidas quanto a isso: o PIB da América Latina simplesmente não cresceu no ano passado. Em termos de PIB por habitante, ainda segundo o relatório, houve um decréscimo de 1,6% na América Latina e Caribe e, em Cuba, um crescimento de 5,6%. Em termos de crescimento médio anual, entre 1995 e 1999, a América Latina e o Caribe cresceram, em média, 2,5%; Cuba, 4%.

Bem, o PIB brasileiro, em 1999, cresceu 0,82%, com decréscimo do PIB por habitante. E a turma do governo comemora...

Merece uma algazarra

Os cubanos é que deveriam fazer uma algazarra por sua performance econômica de 1999. Até porque, se comparados à situação em que a ilha chegou, há apenas nove anos, os resultados do ano passado multiplicam sua magnitude.

Ao bloqueio econômico capitaneado pelos Estados Unidos desde 1962 somaram-se as dramáticas conseqüências do colapso da União Soviética e dos regimes do Leste Europeu, a partir de 1989. Passou a haver uma espécie de duplo bloqueio. De fato, no início dos anos 90, Cuba praticamente bateu no fundo do poço.

Não foi brincadeira. A ilha perdeu, do dia para a noite, 85% do seu comércio exterior, o PIB despencou pela metade, 80% da capacidade industrial instalada foi paralisada. O petróleo acabou, obrigando a volta da tração animal na agricultura e em boa parte dos transportes urbanos. O desemprego grassou. Faltou comida, roupa, energia elétrica e medicamentos vitais, artigos de limpeza e higiene pessoal. Os cubanos emagreceram e ficaram doentes.

Mas Cuba, afinal, renasceu das cinzas. A reação da economia resultou de um amplo e corajoso leque de reformas: a entrada do capital estrangeiro, a instituição do trabalho por conta própria na

cidade e no campo, a aceitação do dólar americano como moeda corrente, ao lado do peso, a priorização do turismo como fonte de geração de emprego, a entrada de divisas a curto prazo, entre outras. Mas, alto lá: nada indica – como pensam alguns – que Cuba esteja marchando na direção do capitalismo. É bom lembrar que as reformas não são um fim em si mesmas. Possuem, ao contrário, valor meramente instrumental enquanto contingência irrecusável para a integração – soberana, nunca é demais ressaltar – da ilha na economia internacional.

Não fosse pelo contexto socialista lá reinante, as medidas de economia de mercado adotadas renderiam o que normalmente rendem num ordenamento capitalista, em particular em sua perversa feição neoliberal: abastança para as elites à custa de uma gigantesca exclusão social. Em Cuba, ao contrário, assumidas sob controle, vêm propiciando a recuperação econômica, a preservação da independência, da dignidade nacional e das enormes conquistas de justiça social tradicionalmente asseguradas pela revolução; ainda que os cubanos, com a grande sinceridade que os caracteriza, reconheçam que os níveis de produção alcançados, mesmo que apresentando uma evolução bastante positiva, ainda se encontram longe de satisfazer as necessidades da população. Dificuldades persistem, é verdade, no dia-a-dia dos cubanos, mas sem qualquer semelhança com os rigores dos primeiros anos do período especial instituído para enfrentar as conseqüências da dissolução da União Soviética.

O que a História vai demonstrando é que o socialismo, assim como todos os ordenamentos sócio-econômicos que o antecederam, segue ziguezagueando, com altos e baixos, avanços e recuos, segundo as numerosas conjunturas que se sucedem, cumprindo etapas que não podem ser adivinhadas. E, sobretudo, vai criando soluções específicas em cada país em que ocorre. O modelo único foi mesmo sepultado pela História. Encaminhado assim dialeticamente, o socialismo readquire o viço que lhe é próprio, recompõe-se dos erros que redundaram em seu fracasso na União Soviética e no Leste Europeu e, ainda que lentamente, vai se requalificando como a única alternativa civilizatória viável à cada vez mais assustadora barbárie capitalista. E, nisso, a pequena ilha caribenha é, como disse alguém, “uma luz que não deve apagar-se. A luz dos esquerdos humanos”.

jornalista e escritor.
Visitou Cuba em janeiro último



Hugo Chávez levantou a esperança e o orgulho dos venezuelanos

A democracia neoliberal

ALDO REBELO*

A oligarquia financeira planeja a institucionalidade do futuro: partidos e liberdade de menos e muito dinheiro e mídia a serviço da política dos monopólios.

Em maio de 1998 Hugo Chávez era apenas um coronel reformado do Exército da Venezuela que depois de passar um tempo na cadeia, por participar de um levante contra o governo, ligara-se a grupos nacionalistas e de esquerda de seu país e da América Latina. Sua candidatura à Presidência da República sequer merecia menção nos principais jornais de Caracas. A campanha presidencial daquele ano, ao que tudo indicava, seria decidida como sempre entre os representantes das velhas correntes conservadoras, desta vez adornada pela presença, como candidata, de uma ex-miss Venezuela, muito bem relacionada nos meios financeiros do país, segundo se comentava nos círculos mundanos de Caracas.

A bancarrota dos partidos oligárquicos e o sucesso de Chávez em levantar a esperança e o orgulho dos venezuelanos, além de levá-lo à Presidência, tornou mais urgente uma grande preocupação entre os corifeus do neoliberalismo: a legislação eleitoral e partidária dos países da América Latina precisava ser alterada para fechar definitivamente as portas aos partidos e candidatos capazes de desafiar o domínio dos monopólios em meio à crise econômica e social, e à crescente insatisfação popular nesta área do Continente.

O mercado disciplina a eleição

Os neoliberais já conheciam o lado positivo dessa situação, quando, no Brasil de 1989, foram salvos pela candidatura de Fernando Collor de Mello no pleito em que este derrotara uma coligação de esquerda que chegou perto do palácio presidencial de Brasília no momento em que as forças conservadoras mais uma vez falhavam no processo de transição de um regime ditatorial para um processo democrático. Agora viam assustados que, da mesma forma que Collor os salvara de uma catástrofe, uma legislação razoavelmente democrática permitiria, como no caso venezuelano, a ascensão de forças hostis aos seus postulados.

Ao mesmo tempo em que trabalham pela flexibilização das regras de comércio e das relações de trabalho, os monopólios globais exigem modelos institucionais rígidos, capazes de assegurar seus interesses mesmo diante da instabilidade econômica e social nos países sob seu domínio. Preconizam fórmulas eleitorais e de funcionamento partidário arranjadas para perpetuar o condomínio conservador. Aí não haveria brechas para candidatos independentes que a partir da coligação de partidos nacionalistas e de esquerda, com forte apoio popular, afrontassem a hegemonia da oligarquia financeira.

Realizadas tais mudanças, que por aqui levam o nome de reformas políticas, já não se poderia falar em democracia no sentido rigorosamente liberal. A escolha do eleitorado já não seria entre as correntes políticas e ideológicas existentes na sociedade, mas tão somente um simulacro de múltipla escolha entre as legendas habilitadas pelo cipoal legislativo trançado de tal maneira a só tornar aptos para os pleitos os partidos conservadores ou aqueles que não contestassem diretamente o núcleo da política globalizante.

Inauguraríamos, para êxtase da modernidade neoliberal, a era da política e dos candidatos virtuais. Os programas, a doutrina, a ideologia, já não teriam importância, substituídos que estariam pela eficiência do mercado (marketing) e pelo poder do dinheiro. Mídia e dinheiro, quanto mais melhor, assim poderíamos reduzir o esplendor da política imaginada pelos reformadores do grande capital.

A cláusula de barreira ou de desempenho, exigência de um número elevado de votos como condição para a existência institucional de um partido é um dos pilares da chamada reforma partidária. A proibição das coligações, associações de partidos com afinidades entre si para disputar os pleitos, seria outra medida da autodenominada reforma eleitoral. Nada de se discutir a efemeridade dos partidos, a ausência de doutrina e de programas nas grandes legendas, ou o abuso do poder econômico que vai transformando o processo eleitoral em uma espécie de leilão degradante entre os bancos e as empresas multinacionais capazes de financiar campanhas eleitorais.

*jornalista e deputado federal PCdoB/SP



Mesmo sob cerco norte-americano, Cuba avança no comércio exterior

FORMAÇÃO

Estado e revolução – conceitos inseparáveis

JOSÉ REINALDO CARVALHO*

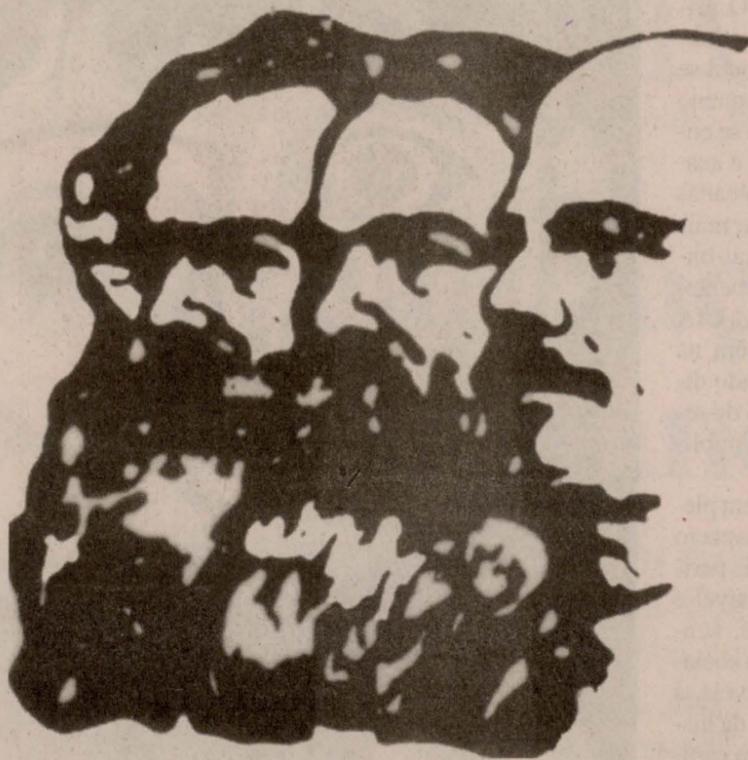
Escrito e publicado em agosto-setembro de 1917, no auge da crise política que culminou na Grande Revolução Socialista de Outubro, *O Estado e a Revolução*, de Lenin, consagrou-se como uma das obras fundamentais da literatura marxista. Baseado em experiências históricas – as revoluções de 1848-1851 na Europa, nomeadamente na França, e na Comuna de Paris de 1871 – o autor faz uma explanação pormenorizada da doutrina (o termo é do próprio Lenin) de Marx e Engels sobre o Estado. Era sua intenção fechar o livro com um capítulo dedicado à experiência das revoluções russas de 1905 e 1917, mas conforme explicação que dá no posfácio à primeira edição, a tarefa ficou incompleta. “Tinha já estabelecido o plano do capítulo seguinte, o sétimo: A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917. Mas, além do título, não tive tempo de escrever uma única linha deste capítulo: ‘impediu-me’ a crise política, a véspera da revolução de Outubro de 1917. Só podemos alegrar-nos com tal ‘impedimento’. Mas o segundo fascículo da brochura (consagrado à experiência das revoluções russas de 1905 e 1917) deverá provavelmente ser adiado por muito tempo; é mais agradável e mais útil viver a ‘experiência da revolução’ do que escrever sobre ela”.

O leitor contemporâneo, sobretudo se fizer parte da atual geração de militantes da luta pelo socialismo, ao estudar o livro de Lenin, deve ter em conta o espírito e a linguagem da época, tomar o texto como uma obra clássica e, como tal, fonte de ensinamentos históricos, nunca como uma cartilha com fórmulas prontas a copiar e “aplicar”. *O Estado e a Revolução* foi escrito numa época em que o proletariado russo, no quadro de um período revolucionário de extensão continental em praticamente toda a Europa, se preparava para executar a tarefa histórica de derrubar, pela via revolucionária, o Estado opressor vigente; e ainda não tinha clareza sobre como e por quê substituí-lo, o que exigia desenvolver a teoria marxista acerca do Estado, à luz da experiência concreta. Foi essa a tarefa que se propôs Lenin ao escrever *O Estado e a Revolução* e é nisso que consiste sua formidável importância teórica e política.

O tema de *O Estado e a Revolução* está no centro de um intenso debate teórico, com implicações práticas e históricas, entre as correntes envolvidas na luta pela transformação revolucionária da sociedade. A sociologia burguesa define o Estado como uma instituição situada à margem ou acima das classes sociais. E estabelece um elo entre a função mantenedora da ordem da organização estatal e a conciliação dos interesses das classes, a harmonização dos conflitos entre elas. A sociologia burguesa nega a natureza de classe

do Estado e ao fazê-lo proclama o fim da luta de classes. Em *O Estado e a Revolução* Lenin refuta esses argumentos e, citando Engels exaustivamente, repõe nos seguintes termos o ponto de vista marxista sobre o caráter de classe da organização estatal: “*O Estado não é, portanto, de modo nenhum um poder imposto de fora à sociedade; tão pouco é ‘a realidade da idéia moral’, a ‘imagem e a realidade da razão’ como Hegel afirma. É, isso sim, um produto da sociedade em determinada etapa de desenvolvimento; é a admissão de que esta sociedade se envolveu numa contradição insolúvel consigo mesma, se cindiu em contrários inconciliáveis que ela é impotente para banir. Mas para que esses contrários, classes com interesses econômicos em conflito, não se devorem e à sociedade numa luta infrutífera, tornou-se necessário um poder, que aparentemente está acima da sociedade, que abafe o conflito e o mantenha dentro dos limites da ‘ordem’; e este poder nascido da sociedade mas que se coloca acima dela, e que cada vez mais se aliena dela, é o Estado*”. (Engels, *F. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, citado por Lenin em *O Estado e a Revolução*, Obras Escolhidas, Ed. Avante!, vol. 2 pág.226). Comentando esta definição, Lenin diz em *O Estado e a Revolução*: “*Encontra-se aqui expressa com toda a clareza a idéia básica do marxismo sobre a questão do papel histórico e do significado do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis*”. (Lenin, *V.I., op. cit.*, pág. 226) Temos aqui uma descoberta teórica que confronta com a posição de filósofos e cientistas políticos burgueses, posteriormente adotada por chefes políticos oportunistas empenhados em ocultar a essência de classe do Estado, apresentá-lo como um ente abstrato, imutável, eterno, isento de determinações pelas relações econômicas, posicionado acima das classes. É evidente que semelhantes conceitos se adequavam aos esforços que faziam os oportunistas para rebaixar os objetivos revolucionários do proletariado.

O fulcro da argumentação de Lenin em *O Estado e a Revolução* é a categorização da organização estatal como ente histórico. O Estado não existiu sempre (nem existirá para sempre), mas a partir do momento em que a sociedade atingiu uma determinada fase de desenvolvimento, precisamente aquela em que ocorre a divisão em classes hostis com interesses antagônicos e inconciliáveis. Segundo esse ponto de vista, o Estado é a expressão da inconciliabilidade das contradições de classe.



Lenin explica como o marxismo conceitua o Estado – uma superestrutura erigida sobre uma base econômica historicamente determinada. Como tal, esta superestrutura é acionada em nome e em defesa dos interesses da classe dominante. Isso significa que a classe dominante no terreno econômico também exerce o poder político. Essa conceituação constitui a chave para compreender as funções do Estado e dos seus órgãos constitutivos – o exército, a polícia, a justiça, o aparato burocrático, as instituições políticas representativas, enfim, o poder coercitivo, administrativo e político, que se agiganta na razão direta do agravamento dos conflitos de classe. É também à base da conceituação do Estado como instrumento de dominação de uma classe sobre outra que Lenin aborda em seu livro a questão dos tipos e formas do Estado. Demonstra que os estados se distinguem por seu caráter de classe e que os diversos tipos de estados opressores conhecidos na história expressam a dominação das classes dominantes respectivas e que nos marcos de cada tipo de Estado, com um caráter de classe definido, este se reveste de diversas formas, conforme as condições históricas e políticas concretas, o grau de desenvolvimento e a correlação de forças na luta política, as tradições nacionais, os traços culturais dos povos etc.

Vencido o desafio da conceituação do Estado como categoria histórica com caráter de classe, Lenin enfrenta em seu livro outra questão capital da ciência política: a necessidade da ruptura revolucionária para alterar o caráter de classe do Estado. A Revolução de 1848-1851, quando o proletariado se lançou pela primeira vez na história como força independente, em luta aberta por seus próprios objetivos, e duas décadas depois, a Comuna de Paris, quando o proletariado “tomou os céus de assalto”, suscitaram em Marx e nos marxistas a reflexão sobre que atitude deve o proletariado revolucionário tomar em face do Estado bur-

guês – adaptar-se, ocupando os espaços conquistados à burguesia, ou destruí-lo para soerguer sobre os seus escombros novas formas de exercício do poder estatal? Já nas primeiras obras do marxismo maduro, *Miséria da Filosofia* e *Manifesto Comunista*, os fundadores do marxismo preconizaram a necessidade de o proletariado *organizar-se como classe dominante*. Mas foi a experiência concreta da revolução que levou Marx à formulação de conceitos tais como *destruição do Estado burguês e criação da ditadura do proletariado*.

Estado e revolução passaram a ser termos indissociáveis quando se trata da questão de alçar a classe trabalhadora à condição de classe dominante. É por isso que para Lenin o problema do poder do Estado é o problema fundamental da revolução. Em boa medida, o século XX foi o século das revoluções e da realização das primeiras experiências de construção de um novo tipo de Estado. Os fundadores do marxismo e Lenin conceberam o Estado socialista como um Estado edificado pelas próprias massas trabalhadoras, com a idéia central da participação destas no exercício direto do poder político. Para Lenin, o que distingue o

Estado socialista do Estado burguês é a participação direta e ativa dos trabalhadores no governo, a tal ponto que o primeiro dirigente do Estado socialista soviético chegou a caracterizá-lo como aquele em que uma “simples cozinheira” interessa-se pelas questões do Estado. Por isso, e também por expressar os interesses fundamentais e as aspirações das massas trabalhadoras, o Estado socialista foi concebido como o tipo mais elevado de democracia, uma democracia de novo tipo, porque além de promover a participação direta dos trabalhadores, o Estado socialista procede à liquidação do divórcio entre a proclamação dos direitos e liberdades democráticas e sua efetiva realização. *O Estado e a Revolução* consistiu, nesse sentido, além de uma teorização sobre o Estado, um lineamento geral do programa para a construção política do Estado socialista, arquetizado como transição para atingir no longo prazo ao estágio superior da sociedade comunista quando, segundo o marxismo, o Estado se extinguiria.

As idéias defendidas por Lenin em *O Estado e a Revolução* mantêm validade conceitual, malgrado o tempo decorrido e as recentes derrotas na concretização do projeto revolucionário iniciado quando da publicação do livro. Submetido à prova da história, o Estado socialista não conseguiu ainda fazer vingar o ambicioso projeto de criar um tipo novo e superior de democracia através da participação direta e ativa dos trabalhadores. Quanto ao Estado burguês, tende cada vez mais ao exercício do poder absoluto da grande burguesia e à dominação imperialista. Os antagonismos de classe tornaram-se mais acentuados. Novas rupturas se colocam objetivamente na ordem do dia. Não restam dúvidas de que o trabalho de Lenin sobre o Estado e a revolução estará, como outras obras clássicas do marxismo-leninismo, na base teórica dos novos programas revolucionários.

*secretário de Relações Internacionais do PCdoB

Princípios discute o socialismo e as questões urbanas

A revista *Princípios* 56 apresenta artigos sobre o marxismo, a terceira via e os efeitos do neoliberalismo sobre as sociedades; e textos sobre as grandes questões que envolvem as cidades e regiões metropolitanas brasileiras.

João Amazonas expõe que o processo revolucionário pode ser acelerado. Duarte Pereira polemiza com o livro *Marxismo sem utopia*, de Jacob Gorder. Aldo Arantes comenta os efeitos do neoliberalismo sobre o Estado e o deputado federal Aldo Rebelo. BSN aborda as políticas das elites.

Princípios vem com um encarte da artista plástica Tereza Costa Rêgo. No tema dos 500 anos do Brasil, José Carlos Ruy trata das visões de nossa história. A revista traz artigos do reitor da Unicamp, Hermano Tavares; de Clóvis Moura; de Luiz Manfredini; e a resenha sobre o livro que revela as ações da CIA na política cultural.

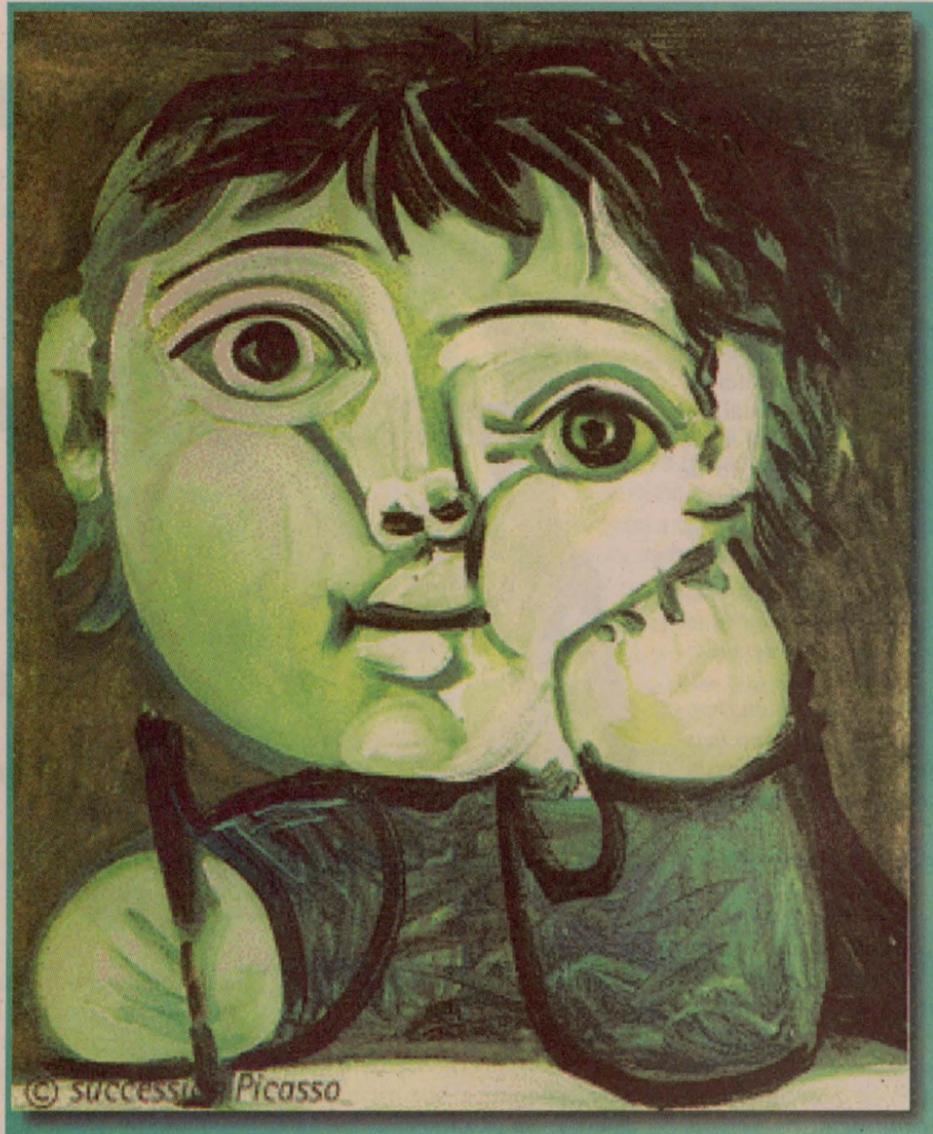
Pedidos para Editora Anita Garibaldi, rua Monsenhor Passalacqua, 158, São Paulo – SP, CEP 01323-010, fone 11 289 1331 e 11 5200 4312, endereço eletrônico: livraria@anitagaribaldi.com.br

Vejamos dois exemplos de como nossos inimigos de classe levam a sério a luta de idéias. O primeiro envolve o caso da vertente neoliberal, que começou a se gestar por volta de 1947. Um pequeno grupo de intelectuais que passou a se encontrar regularmente desde então e acabou tornando-se corrente oficial décadas depois. O segundo envolve a CIA, mais conhecida por ações de tipo policial-militar. Revela um livro publicado recentemente (de Frances Saunders), que a CIA fez investimentos pesados também na esfera da luta de idéias, financiando direta e indiretamente um conjunto de renomados intelectuais, entidades e publicações.

No conteúdo da luta de idéias em pleno desenvolvimento temos um aspecto mais visível e outro – talvez o mais perigoso – menos visível. O mais visível é aquele que procura, abertamente, vender a idéia de que o marxismo e o socialismo estão superados, são inviáveis, a exemplo de teses como a do “fim da história” e a de que o futuro seria um capitalismo renovado.

No menos visível poderemos considerar um conjunto de idéias, que não aparecem como uma única vertente, e sim mais como um conjunto de concepções. Dentro desse espectro há a que afirma vivermos uma fase da história denominada de “pós-modernidade” caracterizada pela “crise” ou “fim da razão”. Por essa tese, afirma-se que nessa fase de “crise da razão” nenhuma forma totalizante pode ser mais concebida. A idéia de *totalidade* seria um tipo de conhecimento do passado. Apenas “o localizado, o fragmentado, o conhecimento do detalhe” pode ser concebido em nossos dias. Mesmo assim, esse conhecimento fragmentado é fortemente relativo, ou seja, só é conhecimento se vinculado a determinada circunstância. Assim, o irracionalismo e o relativismo formam a base desse conjunto de idéias que se apresentam como novas. Um dos alvos preferidos de seu ataque é o papel da ciência, em especial da objetividade do conhecimento – mesmo o das ciências da natureza. Essa crítica à ciência não estava colocada nesse nível ao tempo de Marx, mas, mesmo assim, ele e Engels estavam dentre os mais críticos a esse respeito no seu tempo.

Esse tipo de argumento capcioso necessita um destrinchamento. A idéia de “pós-modernidade” se formou no combate à de modernidade. Por essa linha estaríamos vivendo hoje a situação de uma “nova era”, diferente do contexto da modernidade. Esta não foi algo uniforme, variou de lugar para lugar, mas nos legou importantes elaborações. O humanismo, o conceito de *Humanidade*,



Em defesa da razão: a luta de idéias hoje

de igualdade, do papel da razão e uma série de elementos são fruto do momento histórico que chamamos *modernidade*. Os “pós-modernos” se opõem a isso tudo de forma complicada e sutil, envolvendo a rejeição até mesmo ao marxismo, colocado por eles no “saco” da modernidade – a ser superada. Além do marxismo e de toda a modernidade, seu alvo remoto atinge até mesmo a Grécia Antiga, mas, em geral, poderíamos afirmar que, principalmente, atacam o Iluminismo e a Revolução Francesa – o século XVIII em especial. O pensamento de Marx e Engels – sobre o qual Lenin enfatizou a síntese-desenvolvimento de fontes ligadas e esse momento histórico e suas conquistas teóricas – é, assim, negado e combatido explícita ou implicitamente pelos pós-modernos, bem como o conjunto de idéias que o influenciaram.

O mais curioso é que algumas dessas idéias apareceram no cenário intelectual como se fossem de esquerda, principalmente na França e nos Estados Unidos. Versam sobre problemas reais

importantes, como a defesa do multiculturalismo – originalmente uma bandeira da esquerda européia. Assim, um projeto como o da classe operária, por ser universalizante, entraria em conflito com a idéia de multiculturalismo.

Neste debate é importante atentar para o fato de que a defesa do irracionalismo apareceu no século XX para responder problemas concretos colocados ao pensamento, até mesmo na ciência. A tese de Fukuyama sobre “o fim da história”, por exemplo, versava sobre o problema concreto do fim da URSS e Leste europeu. Questões como a penetração de pensamentos religiosos na sociedade – que é muito maior e profundo do que se pensava – e outros dessa natureza têm demonstrado que nossa tarefa não é simples. Qualquer tese que tenha repercussão e circulação, via de regra, está respondendo a algo da realidade. O nosso desafio é responder tais tendências à altura. Para isso temos de entender profundamente o problema concreto sobre o qual ela versa – mesmo sendo uma tese equivocada. E os

problemas concretos demandam sempre novos enfrentamentos.

Na universidade a luta de idéias exige que encontremos argumentos sólidos para defender nossos pontos de vista, pois nem sempre nossa resistência tem sido eficaz. Argumentação sólida não exige, necessariamente, a elaboração ou desenvolvimento de algo muito importante, mas pode versar sobre algo com pretensões mais modestas. Isso não é apenas válido para a universidade, onde a luta exige a boa argumentação, mas também em nossa interlocução para setores das camadas médias e o movimento sindical.

Ao lutarmos por buscar argumentações sólidas devemos levar em conta, também, que temos o exemplo de vários problemas pendentes ao longo do século XX sobre os quais o marxismo não deu respostas convincentes e que há fenômenos novos sobre os quais não temos opinião formada ainda. Além disso há certos campos de problemas sobre os quais é bom que o Partido não pretenda ter opinião fechada, como certos problemas da cultura e da arte por exemplo.

Em nossa reflexão merece destaque o esforço feito por Lenin no campo da Filosofia. De um rico legado nos chegou apenas um fragmento. Ele enfrentou problemas profundos e de suas elaborações sobre os mesmos nosso conhecimento é apenas parcial. Lenin escreveu *Materialismo e empiriocriticismo* em 1908, que é a sua obra filosófica mais divulgada, porém seus estudos filosóficos mais intensos se deram por volta de 1912 a 1916. Desse período restaram estudos e anotações reunidos nos chamados *CADERNOS filosóficos*. Mais tarde ele ainda desenvolveu idéias sobre a complexidade da transição socialista registrados em vários textos e, em um pequeno fragmento, ressaltou a necessidade de se formar uma espécie de sociedade dos amigos de Hegel, com intuito de aprofundar os estudos da Filosofia e da dialética. Assim se perguntarmos qual a opinião de Lenin sobre a Filosofia, teremos a recorrer a muita coisa que ficou implícita em seus gestos.

Para exemplificar como ele valorizava a ciência e a Filosofia, enquanto a Revolução Francesa fechou a Academia de Ciências, levando até mesmo Lavoisier à guilhotina, Lenin, após a Revolução de Outubro – mesmo em pleno período de guerra civil – garantiu o não rebaixamento dos salários dos membros da Academia de Ciências, e somente 12 anos depois do Partido Bolchevique estar no poder, em 1929, o primeiro comunista adentrou àquela instituição. Tal postura nos leva a refletir como devemos tratar a luta de idéias nos dias de hoje.

**do Comitê Central do PCdoB. Este texto constitui parte de sua exposição no ativo nacional de comunicação 2000*



IMPRESSO
CDM
 CEP 01318-020 - São Paulo - SP
 Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois
A CLASSE OPERÁRIA